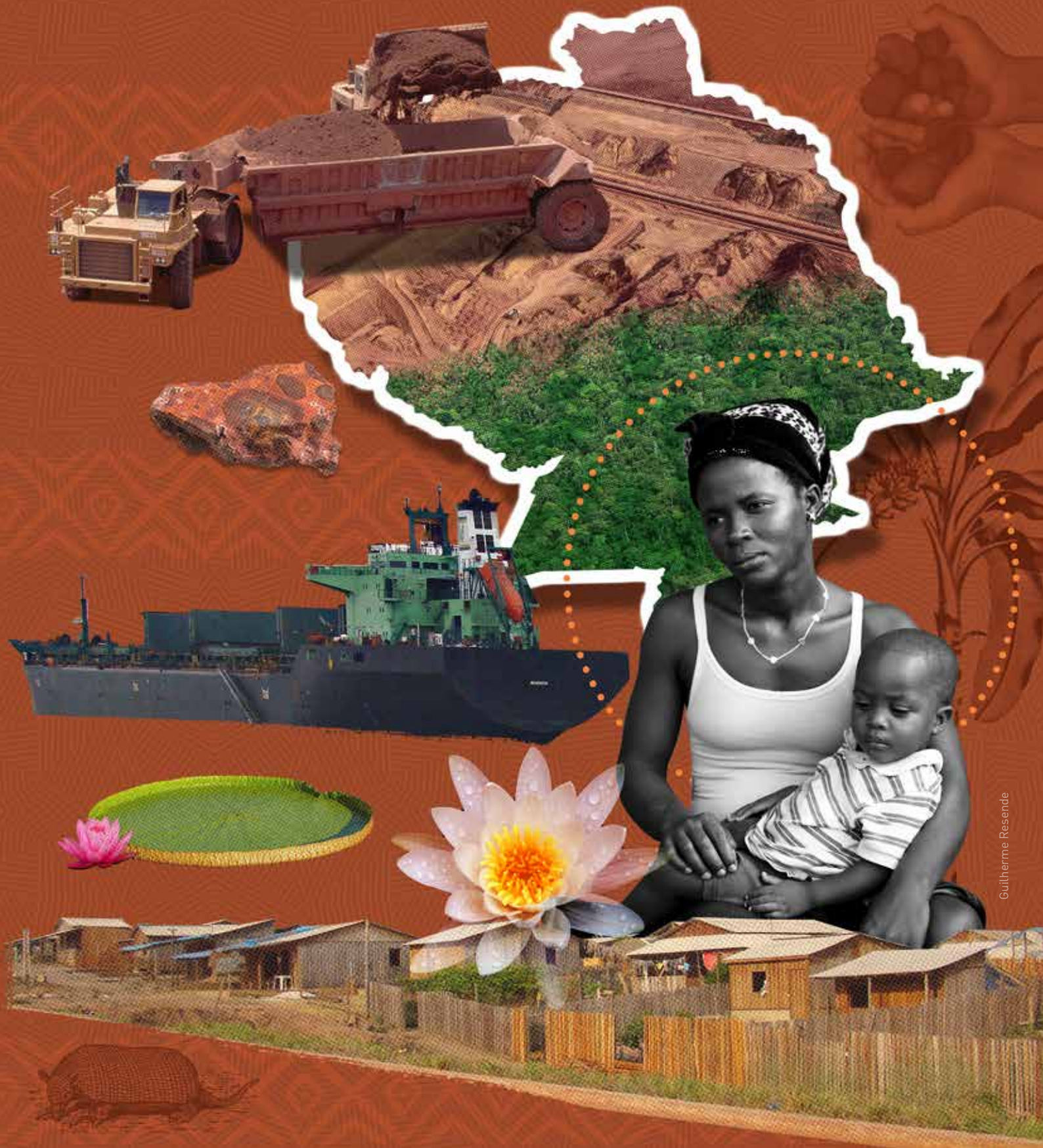


# 15 ANOS DE MINERAÇÃO EM JURITI: O QUE SE PODE APRENDER?



Material baseado no relatório de pesquisa **Projeto de Mineração Juruti: Dez anos depois**, realizado pelo Grupo de Pesquisa Sociedade-Ambiente das Amazônias/Universidade Federal do Pará, de autoria de Daniel Sombra, Marília Lobato, Márcia Santos, Otávio do Canto, Ricardo Folhes e Ronaldo Mendes.

Versão editada por Carolina Motoki

Design e capa: Guilherme Resende

Outubro de 2022

# 15 ANOS DE MINERAÇÃO EM JURUTI: O QUE SE PODE APRENDER?

Realização



**FEAGLE**



Apoio



# SUMÁRIO

|   |    |  |    |
|---|----|--|----|
| 1. APRESENTAÇÃO                                       | 6  | 4. 15 ANOS DE ALCOA NO BAIXO AMAZONAS: O QUE SE PODE APRENDER? | 38 |
| 2. AS PRIMEIRAS EXPLICAÇÕES                           | 10 | 4.1 A chegada da Alcoa em Juruti                               | 40 |
| 2.1 O que é mineração?                                | 11 | 4.2 Estratégias da empresa para se territorializar             | 45 |
| > Lucros concentrados                                 | 11 | > Falta de comunicação com os moradores locais                 | 45 |
| > Prejuízos divididos                                 | 15 | > Licenciamento ambiental pela metade                          | 46 |
| 2.2 Mineração de bauxita e o caminho do alumínio      | 17 | > Promessa de um “desenvolvimento sustentável”                 | 48 |
| > A estrutura criada para produção de bauxita         | 18 | >> O Projeto Juruti Sustentável                                | 50 |
| 2.3 O território em questão: as bacias não existem só | 21 | >> A estrutura criada  | 51 |
| > Como a mineração ameaça esse equilíbrio?            | 22 | >> A Agenda Positiva   | 51 |
| 2.4 Quem são as comunidades que estão nesta área?     | 24 | 4.3 O projeto na prática: desestruturação da vida              | 53 |
| > Para além da área das minas                         | 26 | > Zona urbana: a cidade fica com a conta                       | 53 |
| 3. TERRITÓRIO ABRIGO X TERRITÓRIO RECURSO             | 30 | >> Prejuízos causados na cidade pela mineração                 | 55 |
| 3.1 Espaço de vida ou espaço de lucro?                | 31 | > Zona rural: projetos sociais como estratégia falida          | 57 |
| 3.2 Os territórios em disputa                         | 33 | >> O Caso Café Torrado, PA Socó                                | 59 |
| > O PAE Juruti Velho                                  | 33 | >> O caso do PA Esperança                                      | 61 |
| > O PAE Lago Grande                                   | 35 | 4.4 Compensação financeira?                                    | 61 |
| > Quadro comparativo                                  | 36 | > Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais  | 62 |
| 3.3 Direito ao território garantido?                  | 37 | > Compensação individual ou coletiva?                          | 63 |
|   |    | 4.5 Mobilizações das comunidades e conquistas                  | 65 |
|   |    | 5. PROJETOS DE EXPANSÃO  | 68 |
|   |    | 5.1 Novas investidas da Alcoa                                  | 69 |
|   |    | 5.2 PEAEX Curumucuri: conflitos                                | 70 |
|   |    | 5.3 PAE Lago Grande: por um território livre de mineração      | 71 |
|   |    | > Estratégias da empresa                                       | 72 |
|   |    | >> Assédio nas escolas   | 72 |
|   |    | >> “Diálogo social”  | 73 |
|   |    | >> Publicidade   | 74 |
|   |    | > Resistência das comunidades                                  | 75 |
|   |    | >> Não às pesquisas da Alcoa                                   | 75 |
|   |    | >> Denúncias junto ao Ministério Público Federal (MPF)         | 75 |
|   |    | >> Romaria do Bem Viver  | 76 |
|   |    | 6. APONTAMENTOS PARA O FUTURO                                  | 78 |

1.

# APRESENTAÇÃO

Neste material, você encontrará informações sobre a entrada da mineradora Alcoa no território de centenas de comunidades para a extração de bauxita, nos municípios paraenses de Juruti e Santarém, no Baixo Amazonas.

Veremos os conflitos gerados, os danos e prejuízos causados na cidade e no campo, e como as comunidades têm se organizado para resistir a essa investida.

Iremos também refletir sobre o que a experiência de 15 anos do Projeto de Assentamento Agroextrativista Juruti Velho, onde está instalada a mina da Alcoa na região, aponta para as comunidades dos assentamentos em que a Alcoa pretende entrar agora, como Curumucuri, em Juruti, e Lago Grande, em Santarém. O que se pode aprender?

Este material foi produzido com base em um Relatório Técnico-Científico elaborado pelo Grupo de Pesquisa Sociedade-Ambiente das Amazônias, ligado à Universidade Federal do Pará (UFPA). Durante 15 anos, entre 2005 e 2020, pesquisadores desse grupo estiveram na região e realizaram diversas entrevistas com pessoas do poder público, das comunidades, de institutos, organizações e movimentos sociais.

A maioria dos entrevistados, tanto na zona urbana quanto na zona rural, demonstrou descontentamentos. Eles se sentem lesados pelas promessas não-cumpridas de oportunidade de trabalho e crescimento econômico para todos, feitas ao longo da implantação e funcionamento do projeto minerador.

Por outro lado, algumas pessoas demonstraram ainda ter alguma esperança de que os seus prejuízos sejam, de alguma forma, compensados. Outras apenas falam das incertezas e que perderam completamente a esperança.

Por fim, há os processos de resistência, que têm garantido conquistas às comunidades.

Lago Grande - PA

> Como ler este material:

Este material é dividido em alguns capítulos. No início de cada um deles, estão os tópicos que serão abordados e algumas perguntas para reflexão, a serem respondidas antes de a leitura se iniciar. As mesmas perguntas serão feitas ao final e, assim, você poderá avaliar se mudou de opinião depois do estudo do material, ou se conseguiu novos argumentos que reforçam uma opinião anterior.

Os primeiros capítulos introduzem o tema: explicações sobre o que é a mineração de bauxita, o território que iremos discutir e os conceitos fundamentais para as informações que vêm a seguir. Eles se chamam **As primeiras explicações** e **Território abrigo x Território recurso**.

Em seguida, o capítulo **15 anos de Alcoa no Baixo Amazonas: o que se pode aprender?** traz informações sobre como a Alcoa entrou no município de Juruti e o que aconteceu com as comunidades afetadas pela construção da mina e da infraestrutura necessária para seu funcionamento.

Depois, o capítulo **Projetos de expansão** irá abordar os territórios onde a Alcoa pretende estabelecer novas minas, como tem sido essa aproximação e como as comunidades estão resistindo.

Por fim, no último capítulo, as perguntas são refeitas e novas questões se apresentam para se pensar o futuro.

Esperamos que esse material seja um instrumento de informação para as pessoas interessadas nesse tema e de estudo para que as comunidades possam discutir os reais impactos trazidos pela mineração, para, a partir daí, tomar decisões informadas em defesa de seus territórios.

**Boa leitura!**

## 2.

# AS PRIMEIRAS EXPLICAÇÕES

Lago Grande - PA

### Neste capítulo, você vai:

- entender melhor o que é mineração;
- compreender como é feita a mineração de bauxita;
- conhecer o território cobijado pela Alcoa.

### Para refletir:

*Quem ganha e quem perde com a mineração?  
Os ganhos compensam os prejuízos?*

### 2.1 O QUE É MINERAÇÃO?

**Mineração** são todas as atividades de extração, do solo ou do subsolo, de substâncias minerais com potencial econômico. Ouro, ferro e petróleo, por exemplo, são substâncias minerais bastante conhecidas. Muitos dos produtos consumidos no mundo hoje têm sua origem na mineração: combustíveis, celulares e outros equipamentos eletrônicos, cosméticos, veículos etc.

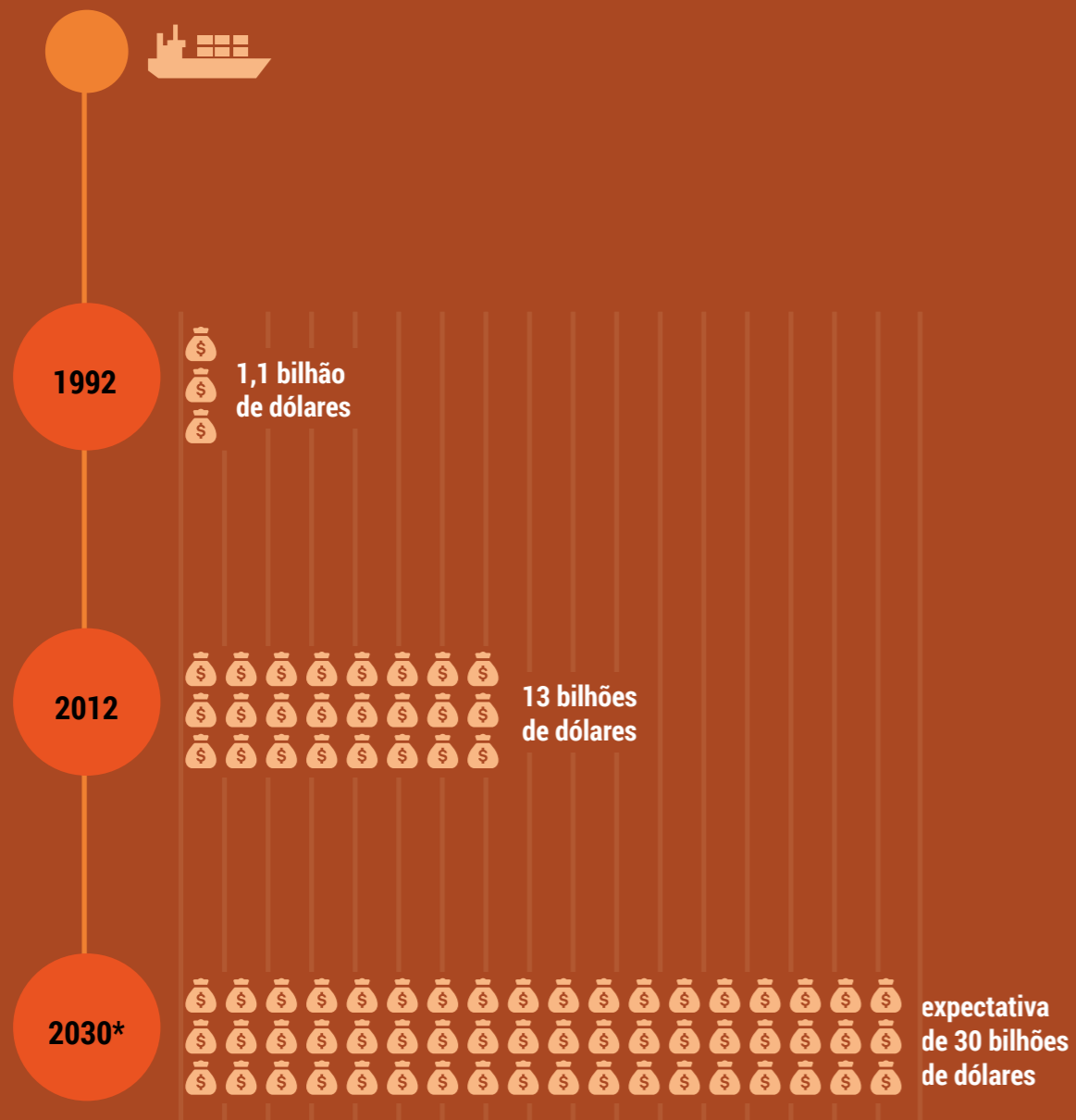
A mineração, no entanto, deixa um **rastro de destruição** nos lugares de extração, ainda que governos e empresas digam que ela traz **desenvolvimento e benefícios**. Os lucros ficam concentrados, enquanto as comunidades do entorno das minas sofrem suas consequências negativas.

#### > Lucros concentrados

Apenas em 2020, de acordo com o Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), o setor faturou 209 bilhões de reais, com uma produção mineral de 1 bilhão de toneladas. A atividade tem crescido no Pará. Veja, no gráfico a seguir números sobre o aumento da atividade mineradora no estado:

## Mineração no Pará

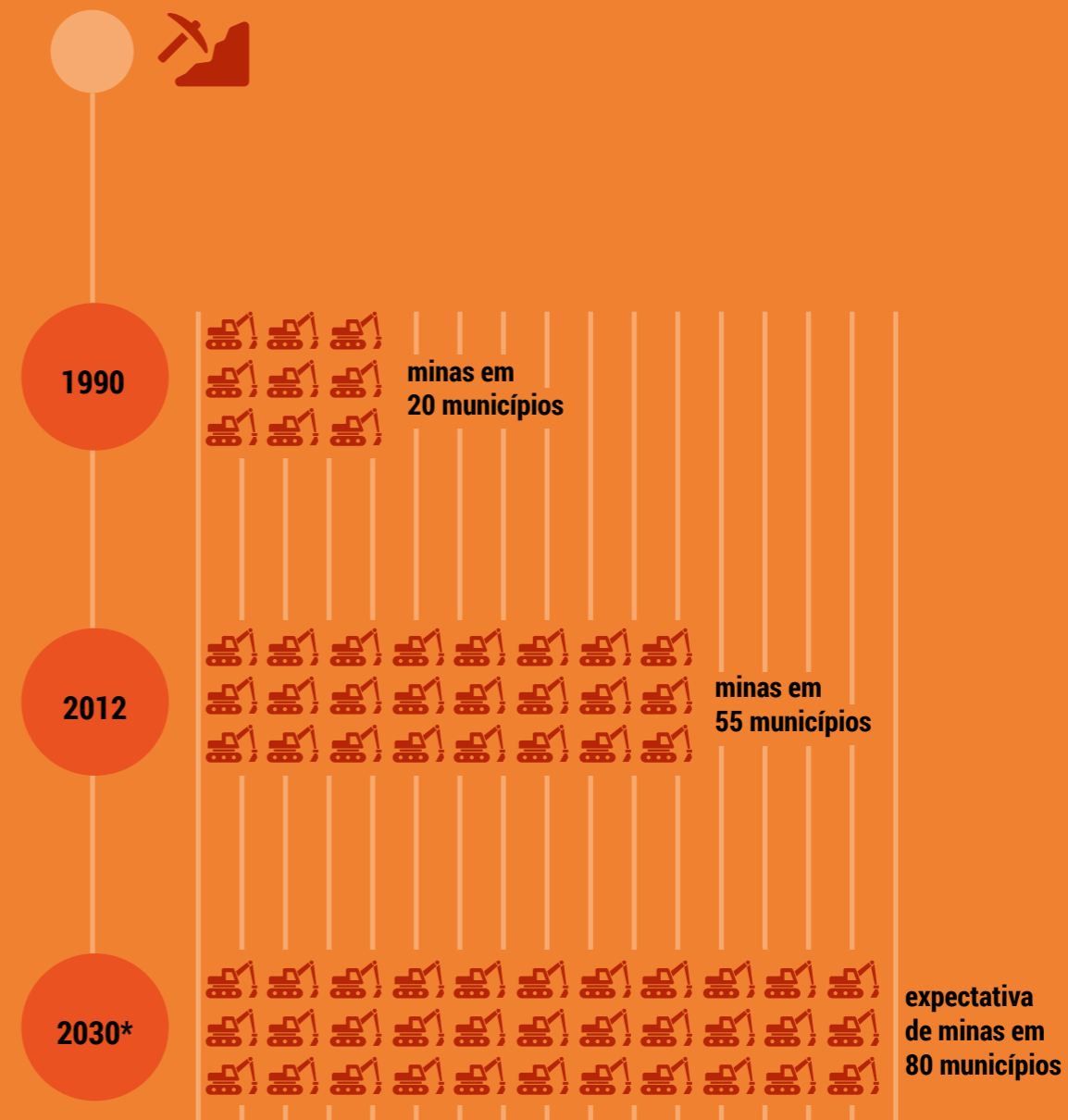
### Exportações com mineração



[\*2030: projeção Fonte: Plano Nacional de Mineração de 2014]

## Mineração no Pará

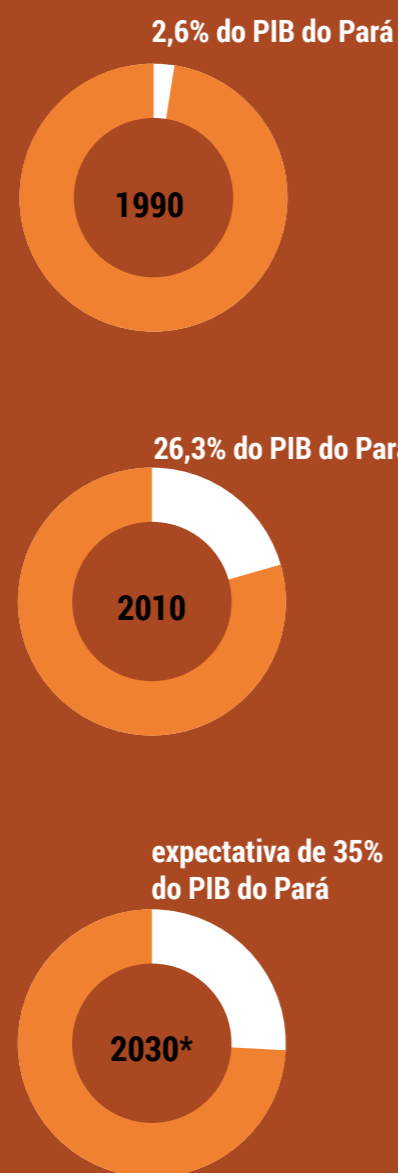
### Número de municípios com minas



[\*2030: projeção Fonte: Plano Nacional de Mineração de 2014]

## Mineração no Pará

Participação da mineração no Produto Interno Bruto do Pará (PIB)  
(soma de todos os bens e serviços produzidos pelo estado)



[\*2030: projeção Fonte: Plano Nacional de Mineração de 2014]

Ao mesmo tempo em que a mineração crescia no Pará, a arrecadação de impostos com a atividade diminuiu devido à Lei Kandir de 1996. Essa lei tornou não obrigatória a arrecadação de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre as exportações de produtos primários, dentre eles a bauxita. Por isso, a arrecadação de impostos, que poderia beneficiar a população, caiu de 16% do valor das exportações para 3,7%. A Lei Kandir foi prejudicial aos estados exportadores de produtos primários, como é o caso do Pará. O prejuízo estimado com a diminuição da arrecadação, somente para o estado, é de aproximadamente 2,3 bilhões de reais.

Em dezembro de 2020, o Supremo Tribunal Federal (STF) celebrou um acordo que foi ratificado pela Lei Complementar 176/2020. Por causa desse acordo, entre 2020 e 2037, o governo federal irá repassar R\$ 58 bilhões aos estados para compensar as perdas e os prejuízos provocados pela Lei Kandir.

### > Prejuízos divididos

Para além da baixa arrecadação de impostos em comparação aos lucros e incentivos obtidos pelas empresas, são as populações que vivem no entorno das minas que acabam lidando com os severos **prejuízos sociais e ambientais** provocados pela atividade e pela construção da infraestrutura necessária, como estradas, ferrovias e hidrelétricas para a produção de energia.

Esses danos são difíceis de medir e se estendem por muitos anos, até gerações. Estudos\* apontam que, após a instalação da atividade mineradora, é muito difícil que aquela terra se recupere, seja pela contaminação por meio do uso de produtos químicos, seja pelas grandes crateras abertas ou pelos rejeitos deixados, em depósitos ou barragens. Além disso, a mineração provoca a sobrecarga dos sistemas públicos locais, já que costuma atrair milhares de pessoas que chegam em busca de trabalho, iludidas pelas promessas das mineradoras.

\* DOI: 10.2495/ST110421  
DOI: 10.2495/BF100161  
DOI: 10.2495/BF100051



### O que são depósitos ou barragens de rejeitos de minério?

São espaços que servem para estocar os resíduos e a água utilizada nos processos de transformação do minério. Esses resíduos são muito perigosos, e podem causar graves danos ao meio ambiente.

Em Minas Gerais, aconteceram os desastres de Mariana, em 2015, e de Brumadinho, em 2019, quando barragens de rejeitos das mineradoras Samarco e Vale se romperam, inundando o que estava pela frente e contaminando os cursos d'água.

De acordo com um estudo de 2019 da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pará, a SEMAS-PA, a maioria das barragens em território paraense não possui riscos tão graves se comparadas às de Minas Gerais

Por outro lado, isso não significa que não haja problemas ambientais. O município de Barcarena, na região do Baixo Tocantins, por exemplo, passou por 15 acidentes ambientais envolvendo a atividade da mineração entre 2000 e 2015, segundo o Ministério Público Federal (MPF). Em um deles, em fevereiro de 2019, houve vazamento de bauxita ocasionado pela operação da mineradora Hydro Alunorte.

## 2.2 MINERAÇÃO DE BAUXITA E O CAMINHO DO ALUMÍNIO

Neste material, falaremos sobre a mineração de bauxita em territórios localizados no estado do Pará, mais precisamente na região do Baixo Amazonas.

A bauxita é um minério usado para a fabricação de alumínio. Por sua vez, o alumínio é utilizado na indústria em diversos produtos, de cosméticos, painéis e latas de cerveja a aviões e navios.



Na Amazônia, os principais depósitos de bauxita estão localizados no Pará, nos municípios de Paragominas, Parauapebas (onde está a mina de Carajás), Almeirim, Oriximiná (onde está a mina de Porto Trombetas), Faro, Terra Santa e Juruti. No estado do Amazonas, a exploração de bauxita acontece na mina do Pitinga, localizada no município de Presidente Figueiredo.

Aproximadamente 90% da produção brasileira de bauxita vêm dos municípios de Paragominas, Oriximiná e Juruti (PA). As minas em Oriximiná e Juruti foram descobertas nos anos 1950 e 1960, mas somente a partir dos anos 1970 o governo brasileiro facilitou a extração de bauxita e se dedicou para que o mineral fosse transformado em alumina e alumínio primário na Amazônia.

## > A estrutura criada para produção de bauxita

A instalação de indústrias químicas para produzir alumina e de indústrias metalúrgicas para a produção do alumínio precisa de **muita energia elétrica**. Assim, foi necessário criar toda uma infraestrutura para que esse processo fosse possível e lucrativo para as empresas exploradoras.

Em 1973, foram criadas as Centrais Elétricas do Norte do Brasil S. A. – a Eletronorte, para permitir a implantação da Usina Hidrelétrica de Tucuruí. Com isso, em 1978 foram criadas as empresas Alumínio Brasileiro S.A. (Albrás) e a Alumina do Norte do Brasil S.A. (Alunorte), para produzirem alumina. Tucuruí viabilizou projetos agropecuários, industriais e de **mineração**. O então presidente da República, João Batista Figueiredo, último governante do período da Ditadura Militar, afirmou que a energia produzida por Tucuruí seria componente indispensável para o crescimento econômico do Brasil, em discurso que reforçava a ideia de que a usina traria “desenvolvimento”.

Ao mesmo tempo, a Alcoa se organizava para produzir alumínio em São Luís, capital do Maranhão, e formar o Consórcio de Alumínio do Maranhão (Alumar), que foi inaugurado nos anos 1980.

Nos anos 2000, a Alcoa contratou a empresa Ômia Minérios para fazer mais pesquisas e os resultados confirmaram a presença de grandes quantidades de bauxita nos solos de Juruti e de Santarém. A área de exploração inicial era de 270 mil hectares nestes dois municípios. As maiores reservas minerais foram confirmadas nos platôs de Capiranga, Guaraná e Mauari, no município de Juruti, com 50 mil hectares.



Sócrates Avantes/Eletronorte - Agência Brasil\*

\*[https://pt.wikipedia.org/wiki/Usina\\_Hidrel%C3%A9trica\\_de\\_Tucuru%C3%AD#/media/Ficheiro:Usina\\_de\\_Tucuru%C3%AD.jpg](https://pt.wikipedia.org/wiki/Usina_Hidrel%C3%A9trica_de_Tucuru%C3%AD#/media/Ficheiro:Usina_de_Tucuru%C3%AD.jpg)



Luiz Jardim

A extração de minérios em larga escala é comandada por grandes empresas multinacionais. No caso da bauxita, duas delas são bem importantes: a estadunidense Alcoa (sigla em inglês para Companhia de Alumínio da América<sup>1</sup>), que atua na região de Juruti; e a Alcan, companhia originalmente canadense incorporada pela empresa inglesa-australiana Rio Tinto.

A Alcan realizou as primeiras pesquisas em Juruti nos anos 1970 e depois vendeu os direitos para a empresa Reynolds Metals Company, a RMC. A Alcoa tem, desde 2000, o direito de explorar a mina de bauxita no município, quando comprou a RMC.

A Alcan também foi responsável pela descoberta da mina de Porto Trombetas, em Oriximiná, por volta de 1966. A empresa criou, em parceria com a então Companhia Vale do Rio Doce, a Mineração do Rio Norte, a MRN. Em 1979, foi enviada ao Canadá a primeira porção de bauxita. Até hoje a MRN é responsável pela extração do minério naquela região.

<sup>1</sup> *Aluminium Company of America*

Estados Unidos

Canadá

China

Irlanda

Índia

São Luís

Pará

Maranhão

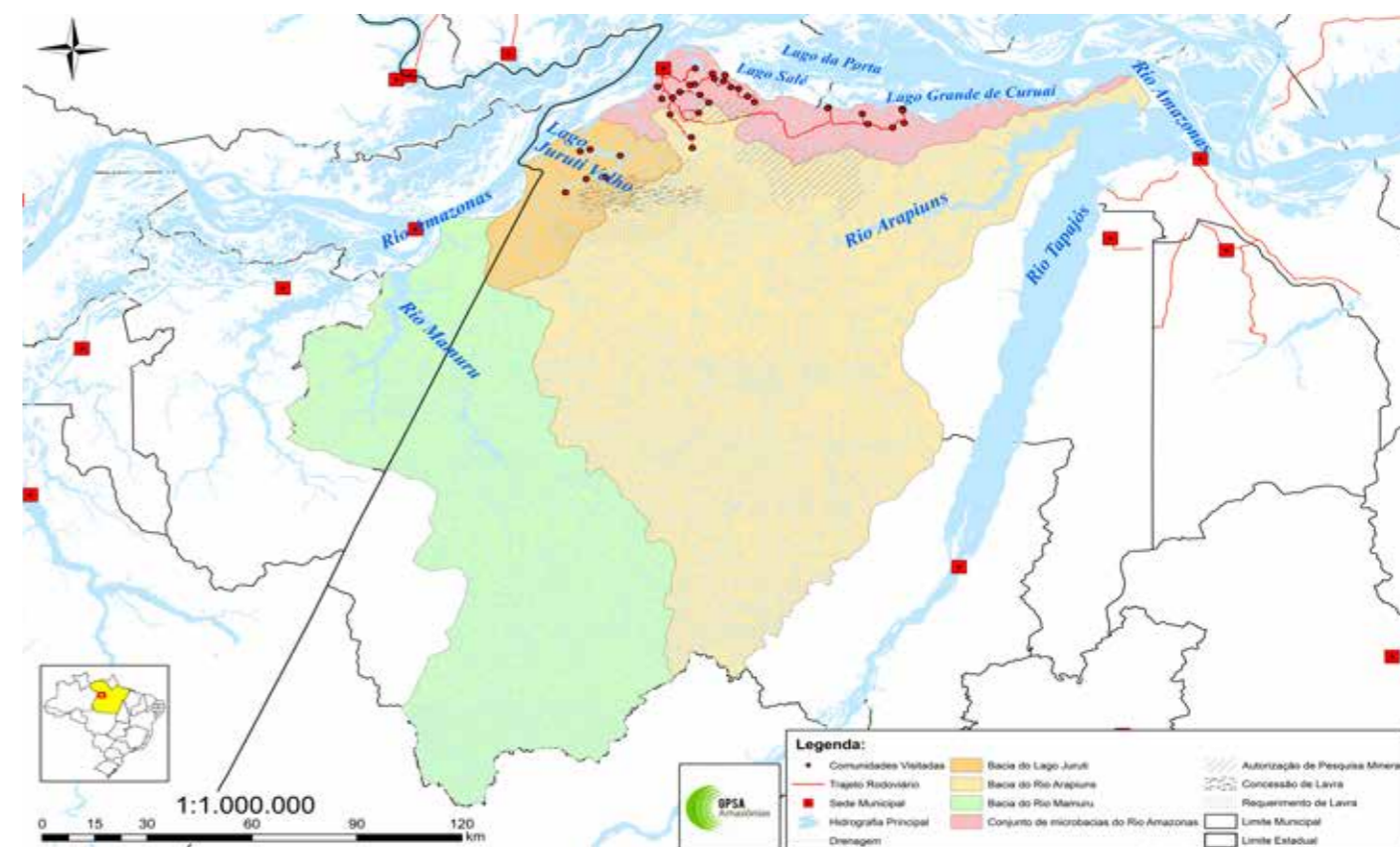
A bauxita é extraída de diversas minas na Amazônia paraense e transportada para São Luís no Maranhão, onde é beneficiada e transformada em alumínio.

Depois deste processo, o alumínio é exportado para os Estados Unidos, Canadá, China, Irlanda e Índia.

### 2.3 O TERRITÓRIO EM QUESTÃO: AS BACIAS NÃO EXISTEM SÓS

Na região de Juruti e Santarém, temos quatro bacias hidrográficas que interagem entre si e que não existem sós: a bacia do Lago Juruti Velho, a bacia do Rio Arapiuns, a bacia do Rio Mamuru e o conjunto de microbacias do Rio Amazonas (que desaguam no Rio Amazonas). **Elas estão interligadas e o que acontece em uma impacta diretamente na outra.** Juntas, elas ocupam milhares de quilômetros quadrados. Essas bacias extrapolam os limites dos dois municípios e se estendem até o município de Aveiro, no Pará, e até o estado do Amazonas.

Isso significa que **qualquer atividade que provoque danos em alguma parte dessas bacias irá afetar todas as outras:** o solo, a água, a vegetação e os animais existem em uma interação dinâmica e permanente. Elas sofrem as interferências naturais e as provocadas pelos seres humanos e suas atividades. Nas bacias hidrográficas, as águas podem indicar como estão as condições dos ecossistemas, principalmente quando acontece algum desequilíbrio nessas interações.

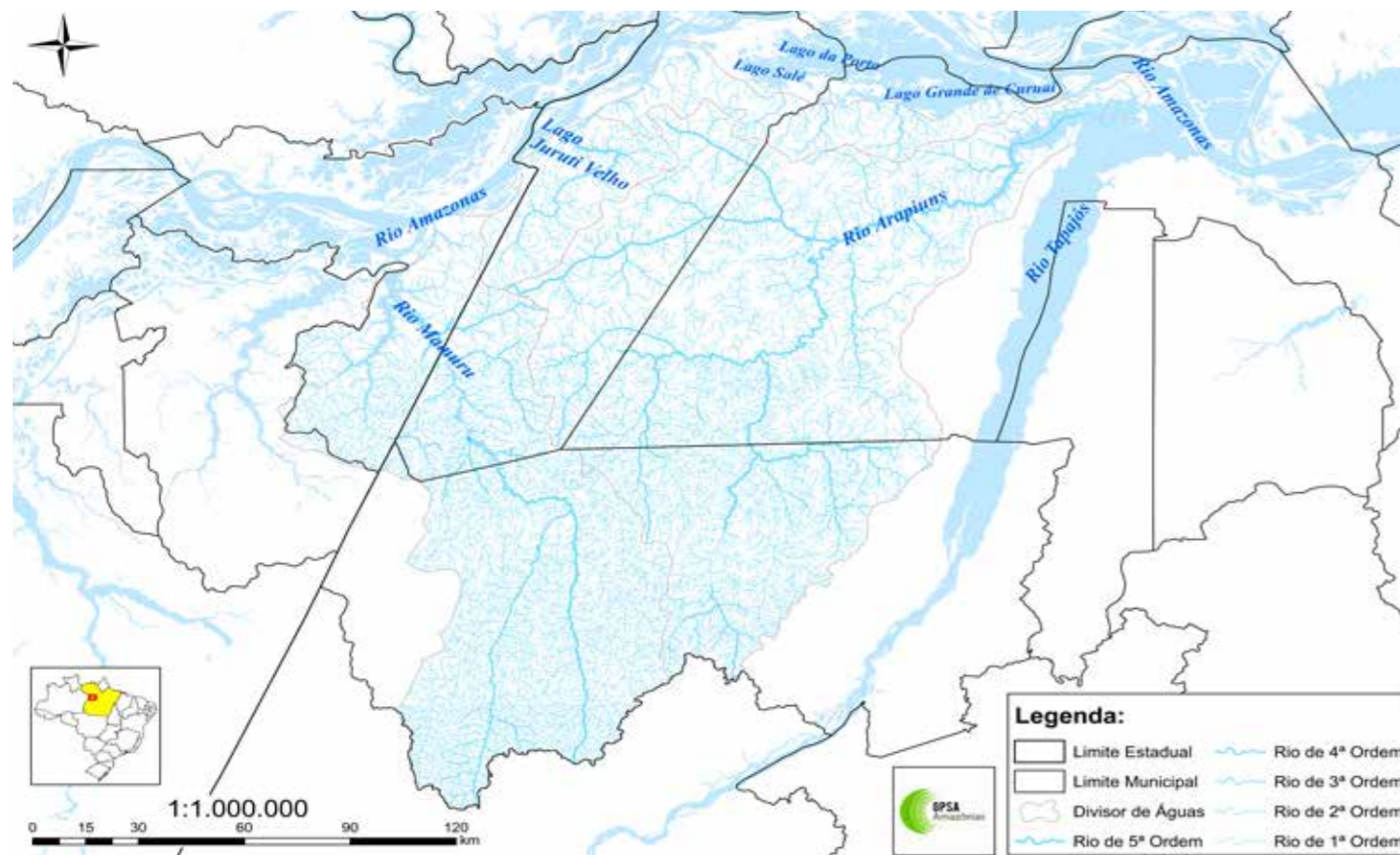


As bacias do Rio Mamuru e do Lago Juruti Velho se ligam com o conjunto de microbacias do Rio Amazonas. A bacia do Rio Arapiuns está ligada à bacia do Rio Tapajós, a qual também está ligada ao Rio Amazonas

As quatro bacias estão, de uma forma ou de outra, ligadas ao Rio Amazonas, que é o maior rio do planeta, tanto em extensão (com sua nascente mais distante localizada na Cordilheira dos Andes, no Peru), como em volume.

### > Como a mineração ameaça esse equilíbrio?

A mineração hoje está ativa em uma pequena área, ocupando 0,03% do território. Mas as áreas reservadas para a mineração são grandes se considerarmos a expansão da atividade pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), como podemos ver no mapa a seguir. Isso representa um potencial imenso de destruição.



A atividade mineradora causa graves mudanças na cobertura vegetal, nos solos e nas águas de todas as bacias existentes na região

As atividades minerárias causam efeitos negativos nas águas, nas terras e no solo. Isso acontece das seguintes formas:

- **Alteração na qualidade e na quantidade das águas de rios, lagos e igarapés:** Ao causar mudanças na superfície do terreno, sedimentos e material orgânico são arrastados durante as chuvas para os corpos de água. Dependendo do volume e do tipo de material a ser arrastado, essa alteração pode ter maior ou menor intensidade.

- **Alteração na quantidade e na qualidade das águas que infiltram no solo, formando os rios subterrâneos:** Por ter um terreno mais plano, solo bastante permeável e boa parte da terra coberta por florestas, a infiltração de água é bastante favorecida na região. Mudar essa cobertura pode trazer graves consequências negativas para igarapés, lagos e rios, pois alteraria tanto o movimento da água na superfície de terrenos e rios, como também sua infiltração na terra.

- **Intensificar a erosão do solo:** quando a floresta é derrubada, as partículas de solo são muito mais facilmente arrastadas, porque na região o solo é de material fácil de se desmanchar. Isso é pior nas áreas onde o terreno tem maior declividade, como morros, por exemplo. A retirada da vegetação para a mineração, assim como alterações no terreno, favorece a erosão e o desgaste do solo, e fazem com que mais sedimentos sejam arrastados até igarapés, lagos e rios.

Na comunidade de São Pedro, no município de Juruti, podemos ver um exemplo desses efeitos negativos. A construção da ferrovia da Alcoa – que realiza a ligação da mina com Juruti – fez com que solos e sedimentos arenosos fossem carregados até uma nascente de igarapé da comunidade. A regeneração natural permaneceu, então, comprometida devido à estrutura ferroviária construída para atender a mineradora.

A Alcoa é acusada de assorear e contaminar igarapés e o lençol freático da região, o que foi divulgado em diversas reportagens na imprensa.

## 2.4 QUEM SÃO AS COMUNIDADES QUE ESTÃO NESTA ÁREA?

Antes de as empresas mineradoras chegarem à região para pesquisar o solo e extrair a bauxita, **diversas comunidades tradicionais já viviam no território** que apresentamos aqui. São comunidades ribeirinhas, extrativistas, de assentados e de pescadores as que mais estão sofrendo com os danos provocados pela mineração, como veremos nos próximos capítulos.

| OS ATINGIDOS PELA MINERAÇÃO NA ZONA RURAL |  |
|---|--|
| NO MUNICÍPIO DE JURUTI                    | <b>Área do Projeto Mina de Juruti:</b><br>PAE Juruti Velho               |
|   | <b>Área afetada pela infraestrutura:</b><br>PA Socó<br>PA Nova Esperança |
|   | <b>Área de expansão:</b><br>PAEX Curumucuri                              |
| NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM                  | <b>Área de expansão:</b><br>PAE Lago Grande                              |

### O que é um PA – Projeto de Assentamento?

### E um PAE – Projeto de Assentamento Agroextrativista?

**P**rojetos de assentamento fazem parte da política de reforma agrária, uma obrigação constitucional do Estado de redistribuir as terras de maneira mais justa para a população. No Brasil, a terra é extremamente concentrada nas mãos de poucos fazendeiros, enquanto muita gente não tem terra alguma para viver. A reforma agrária, assim, é uma política necessária para combater a desigualdade. Uma das formas de se fazer isso é criar assentamentos de reforma agrária, por meio da destinação de áreas públicas, da desapropriação ou da compra de fazendas para que famílias sem-terra possam nelas viver, em lotes.

No caso da Amazônia, a maior parte dos assentamentos foi criada para regularizar a situação fundiária de posseiros já instalados em terras públicas.

Comunidades camponesas e tradicionais na Amazônia, e em outras partes do Brasil e do mundo, têm um modo diferenciado de estar na terra: além de pequenas áreas familiares ou individuais, há também o uso comum de outras áreas maiores, como florestas, pastos nativos, várzeas e lagos. Isso quer dizer que as famílias usufruem das terras, das plantas, das águas, da caça e de outros bens ali existentes, a partir de normas e regras acordadas pelo grupo.

E aí é que se deu um problema: não adianta, a essas famílias, serem distribuídas apenas em pequenos lotes individuais, como nos projetos de assentamento tradicionais, pois seu modo de vida, de estar no território e sua sobrevivência dependem dos recursos encontrados nessas áreas comuns.

A partir de muita luta por parte dos movimentos sociais, na Constituição de 1988 o Estado passou a reconhecer e titular terras consideradas de uso comum. Foi quando se deu o reconhecimento dos direitos fundiários e territoriais de populações indígenas, de comunidades remanescentes de quilombos e comunidades camponesas em geral, com a criação de terras indígenas, de territórios quilombolas, de algumas unidades de conservação e, também, de novas modalidades de assentamentos de reforma agrária, como os Projetos de Assentamento Agroextrativistas, os PAEs. Existem os PAEs federais e, no caso do Pará, os PAEs estaduais, os PEAEXs. O primeiro PAE na Amazônia foi criado em 1997: o PAE Canary, no município de Bujari, no Acre.

Em um projeto de assentamento, aqueles que têm posse da terra são chamados de “beneficiários” ou “clientes” de reforma agrária: as terras continuam sendo do Estado, mas as pessoas que vivem ali recebem um documento que dá permissão para que usufruam do território.

Historicamente, por não terem seus territórios regularizados junto ao Estado, as populações ribeirinhas, extrativistas, pescadoras e varzeiras estiveram à mercê das elites locais, regionais e nacionais, sendo constantemente ameaçadas de expulsão de seus territórios, ou tendo que pagar renda para os supostos proprietários de terra, em forma de entrega de produtos, prestação de serviços ou em dinheiro.

A existência dos PAEs e dos PEAEXs confere maior segurança jurídica aos chamados povos tradicionais para que possam manter seus territórios seguros, estáveis e transferíveis às próximas gerações. Além disso, são formas mais democráticas de proteger a natureza, por meio da gestão que essas comunidades fazem, há gerações, dos bens naturais.

No Brasil, a mineração é realizada por autorização pública pelo Ministério de Minas e Energia e pelo seu Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM). De acordo com a Constituição Federal de 1988, a posse do solo e a posse do subsolo são diferenciadas. Enquanto **os solos podem ser de propriedade particular**, ou seja, podem ter um “dono”, **as jazidas e os depósitos minerais que estão no subsolo são bens da União**. Para explorar o subsolo é preciso que haja permissão ou concessão de exploração, depois de realizado o licenciamento. As pessoas que têm direito de posse ou propriedade da terra devem ser consultadas e receber compensações (como veremos adiante).

### > Para além da área das minas

A planta industrial da Alcoa, as primeiras minas de bauxita e as minas que estão funcionando atualmente estão localizadas no PAE Juruti Velho. No entanto, os elementos de infraestrutura e de logística, como a rodovia PA 257, a Estrada de Ferro Juruti e o porto, entre outros, extrapolam os limites do PAE e afetaram outros assentamentos de reforma agrária na região: PA Socó e PA Nova Esperança e PEAEX Prudente e Monte Sinai.

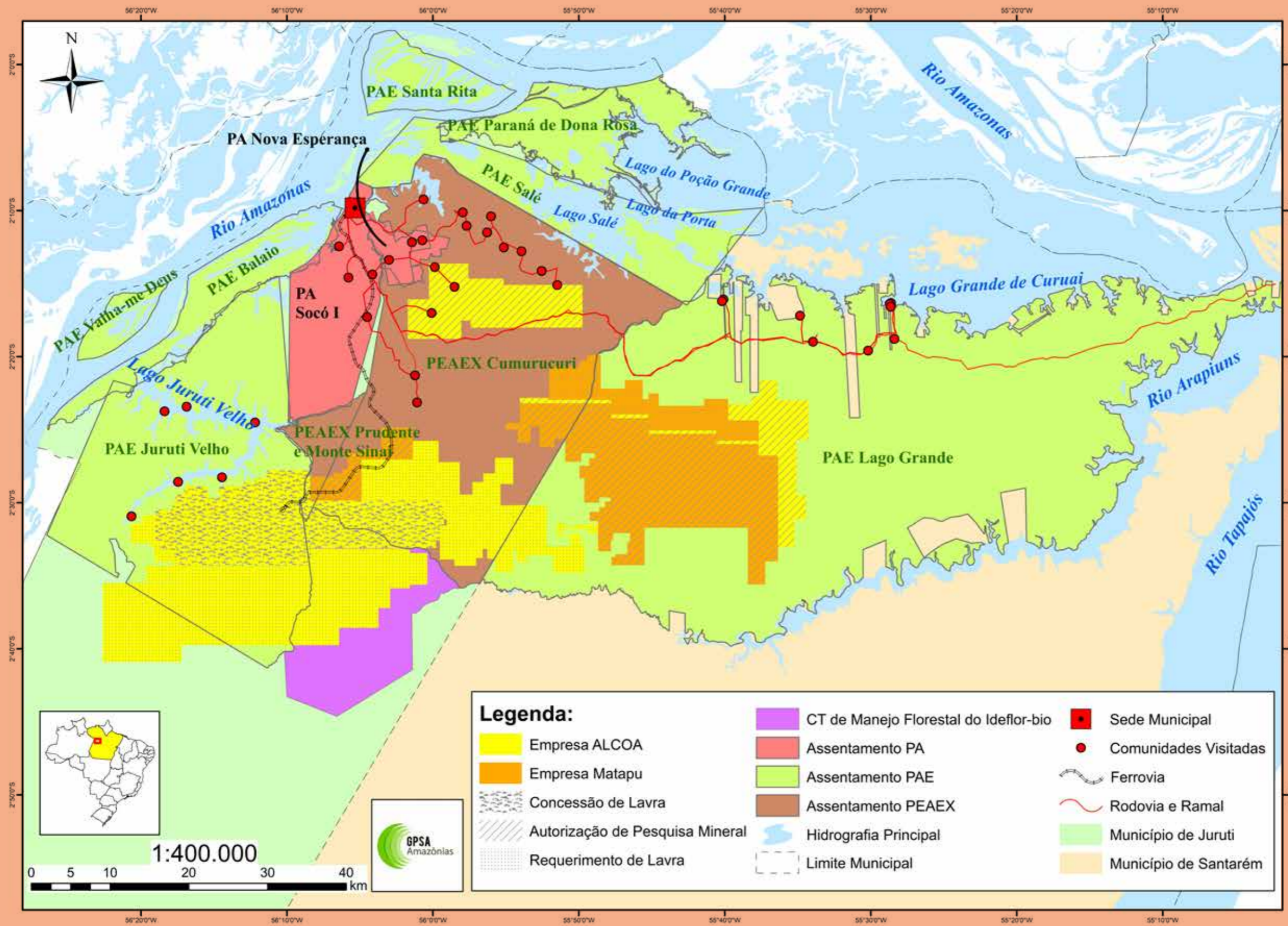


Lago Grande - PA

Para instalar as áreas das minas, construir o porto e a ferrovia, a Alcoa teve que desmatar a vegetação e desalojar famílias e comunidades de forma compulsória, ou seja, **as pessoas foram obrigadas a sair de suas casas para dar lugar aos interesses da empresa**. E não só as comunidades tradicionais sofrem com os impactos: a cidade de Juruti também passou por profundas transformações.

Também há a área de expansão projetada, que afeta o PAE Lago Grande e PEAEX Curumucuri, onde as pesquisas indicaram a presença de minerais importantes. A Alcoa e a empresa Matapu pediram ao DNPM o requerimento de lavra; e também há áreas para solicitar aprovação para que sejam feitas pesquisas nesses dois assentamentos, sobretudo no PAE Lago Grande.

**Lavra** são os processos que vão desde a extração dos minerais do solo ou do subsolo até a sua transformação nas indústrias.



Parte do projeto de extração mineral da Alcoa foi a instalação do porto para exportação de minérios na margem direita do Rio Amazonas, com capacidade para receber navios de até 75 mil toneladas.

Para fazer a conexão entre esse porto e a mina de bauxita, que foi instalada dentro do PAE Juruti Velho, foi construída uma ferrovia de 55 km. No mapa, também se pode ver a área projetada de expansão no PAE Lago Grande e no PEAEX Curumucuri.

3.

TERRITÓRIO ABRIGO

X

TERRITÓRIO RECURSO

Neste capítulo, você vai:

- perceber como mineradoras e comunidades enxergam o território e empreendem ações sobre ele de maneiras completamente distintas;
- saber mais sobre o direito ao território.

Para refletir:

*Que consequências a entrada de uma mineradora no território trazem para a sobrevivência das comunidades? É possível coexistir?*

### 3.1 ESPAÇO DE VIDA OU ESPAÇO DE LUCRO?

O modo de estar no território das comunidades se opõe ao modo como mineradoras usam o mesmo espaço. Para ajudar na discussão, vamos trazer aqui um conceito desenvolvido por um importante geógrafo brasileiro, chamado Milton Santos (1926-2001). Ele utilizou a expressão **“território usado”** para falar sobre as diferentes maneiras que uma população usa o território em que vive. A partir do **“território usado”**, esse pesquisador elaborou dois outros conceitos: o **“território abrigo”** e o **“território recurso”**.

Mineração em Juruti - PA





TERRITÓRIO ABRIGO

Relação que as **comunidades** estabelecem com seus territórios de vida. É abrigo porque, nele, seus habitantes sentem-se protegidos pelo território. Ele faz parte da existência e da história de cada morador. Assim, não é apenas um local de onde se extrai recurso e apenas se produz para sobrevivência: é bem mais do que isso.



TERRITÓRIO RECURSO

Relação que as **empresas** estabelecem com seus territórios de lucro. Elas usam o espaço para extrair dele mais e mais recursos, apenas para gerar riqueza para elas mesmas. Quando o recurso acaba naquele território, as empresas simplesmente o abandonam. Para as empresas, aquele território não é, não foi e nunca será seu abrigo.

Apesar das diferenças entre a forma como as comunidades e as empresas lidam com aquele território, se trata do mesmo lugar. E quando dois grupos – um que vê o território como abrigo, outro que o vê como recurso – entram em disputa para usá-lo de maneira diferente, se estabelece um conflito que **até pode fazer um deles desaparecer**, pois um prejudica a existência do outro.

Por isso, os conflitos são importantes: eles podem determinar quem fica e quem sai, os danos ou os benefícios causados pela presença de um grupo ou de outro. Ou seja, os conflitos não apenas perturbam a ordem, mas podem reestruturar as relações e a presença no território, a territorialização de um ou de outro grupo.

Territorialização é o processo de ocupação de um território, quando se organizam e se reorganizam o espaço e as relações nele presentes. Isso pode acontecer com uma comunidade que se territorializa por meio do seu modo de vida, ao longo das gerações, ou com uma empresa de mineração que chega com o objetivo de extrair dali minério existente, se territorializando sobre o território que antes era das comunidades.

Aqui, analisaremos duas situações: do **PAE Juruti Velho** e do **PAE Lago Grande**, território abrigo de comunidades camponesas que a Alcoa busca transformar em território recurso. Nos dois casos, as comunidades resistem à entrada e à permanência da mineradora no território: em Juruti, a Alcoa explora bauxita há 15 anos; no Lago Grande, a mineradora ainda não se instalou. O que se pode aprender dessas lutas?

### 3.2 OS TERRITÓRIOS EM DISPUTA

#### > O PAE Juruti Velho

Foi criado em 2005 como resultado de uma longa luta das comunidades locais para defenderem seu território abrigo. Ao criar o PAE Juruti Velho, o Estado reconheceu o direito das comunidades ribeirinhas de Juruti ao seu território tradicional.

As ameaças existem há muito tempo, assim como a luta de resistência a elas: desde o período do sistema de aviação, em que os patrões comandavam a pesca e as atividades extrativistas na floresta; passando pelo período em que foi necessário se organizar para reduzir o desmatamento pelos madeireiros; chegando até o tempo em que tiveram que lidar com a apropriação de seu território pela Alcoa, que o transformou em território recurso.



Guilherme Resende

15 ANOS DE MINERAÇÃO EM JURUTI: O QUE SE PODE APRENDER?

15 ANOS DE MINERAÇÃO EM JURUTI: O QUE SE PODE APRENDER?

Em 2007, as comunidades do assentamento fundaram a Associação das Comunidades da Região de Juruti Velho, a Acorjuve. Desde então, a associação tem desempenhado um papel muito importante no gerenciamento do território abrigo comunitário. Com ela, as comunidades unificaram sua representação, que antes era mais dispersa, o que lhes confere maior força política e organização social.

Para sua criação, as comunidades contaram com o apoio das Irmãs Franciscanas de Maristella, que vivem desde os anos 1980 na vila de Muirapinima, a maior do Juruti Velho, com cerca de 2 mil habitantes. As irmãs têm auxiliado as famílias a entenderem melhor o conflito socioambiental entre comunidades e mineradoras. Elas trazem informações sobre o que acontece no município de Oriximiná, onde outras comunidades enfrentam o projeto de exploração de bauxita da MRN desde a década de 1970.

### > O PAE Lago Grande

O PAE Lago Grande foi criado em novembro de 2005, após anos de reivindicações dos movimentos sociais. Sua área é de aproximadamente 290 mil hectares e o território abrigava, no momento de criação, cerca de 30 mil pessoas em 140 comunidades, que ali estavam há bastante tempo.

Atualmente, é alvo de interesses tanto da mineração quanto do mercado de terras. Isso pode ser percebido no Zoneamento Ecológico-Econômico de Santarém, que ignorou a sociedade local e as comunidades do PAE Lago Grande e estabeleceu quase 80% da área do PAE Lago Grande como área de expansão do agronegócio, com plantio de lavouras, como soja e milho.

Também em 2005, as comunidades criaram a Federação das Associações de Moradores e Comunidades do Assentamento Agroextrativista da Gleba Lago Grande (Feagle), entidade que passou a representar todas as comunidades do assentamento.

**> Quadro comparativo**

| PAE JURUTI VELHO  | PAE LAGO GRANDE   |
|---|---|
| <b>Localização: município de Juruti</b>   | <b>Localização: município de Santarém</b>   |
| A Mina de Juruti, da Alcoa, começou a ser instalada no território a partir de 2006. Em 2009, partiu o primeiro navio carregado de minério de bauxita extraído no assentamento.  | A Alcoa iniciou sua entrada no território em 2003, mas logo depois se afastou. Em 2008, o contato foi retomado, com a intenção da empresa de instalar uma nova mina no assentamento. Atualmente, depois de forte pressão popular, o processo está parado por ordem judicial.  |
| O assentamento é formado por 60 comunidades. A presença da mina resultou em perda de parte do território abrigo dessas comunidades. Assim, as territorialidades comunitárias foram afetadas, e as compensações oferecidas pela empresa não foram suficientes para compensar as suas perdas. | A partir da investida da Alcoa sobre o território do Lago Grande, pode-se projetar a mesma situação que aconteceu em Juruti Velho, caso a mineradora consiga se territorializar e transformar o território abrigo das comunidades em seu território recurso.  |
| A população local, que vê o território como abrigo, criou um forte movimento de resistência contra a sua expropriação pelo território recurso da Alcoa e, durante os últimos 15 anos, vive esse embate constante.   | Há uma grande mobilização comunitária para impedir que o seu território abrigo se transforme em território recurso da mineradora. Em 2009, com o assédio da Alcoa, as comunidades, em assembleia da Feagle, decidiram não mais permitir a entrada da mineradora e chegaram a expulsar funcionários da empresa. As comunidades reivindicam que o território seja livre de mineração. |



Curuai-PAE Lago Grande

**3.3 DIREITO AO TERRITÓRIO GARANTIDO?**

Entre 2005 e 2006, foram criados 49 Projetos de Assentamentos Agroextrativistas (PAEs) na região do Baixo Amazonas, seis deles no município de Juruti – cinco estão em ambiente de várzea, área que fica alagada durante uma parte do ano e depois volta a secar; somente o PAE Juruti Velho está em área de terra firme, que não alaga.

No entanto, ainda falta um documento importante para garantir a essas comunidades seus direitos sobre o território: a **Concessão de Direito Real de Uso**, a CDRU. Ela é necessária para regularizar a situação das famílias que estão nas áreas, e é fornecida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, o Incra, em nome de uma entidade que as represente.

O único PAE que conseguiu a CDRU na região do Baixo Amazonas foi o Juruti Velho, representado pela Acorjuve. O PEAEX Curumucuri, estadual, também obteve a CDRU, em nome da Associação das Comunidades da Gleba Curumucuri (Acoglec). É nesses dois territórios que a Alcoa conseguiu se territorializar.

Assim, a CDRU foi concedido para que a mineradora conseguisse os documentos necessários para a extração da bauxita. Caso as comunidades não tivessem a CDRU, isso não teria sido possível. Dessa forma, ao mesmo tempo em que as comunidades tiveram garantidos seus direitos territoriais, a mineradora se aproveitou deles para conseguir realizar a mineração da bauxita.

O PAE Lago Grande, mesmo depois de mais de 15 anos de criação, ainda não recebeu a CDRU.

4.

# 15 ANOS DE ALCOA NO BAIXO AMAZONAS: O QUE SE PODE APRENDER?

## Neste capítulo, você vai:

- entender como a Alcoa entrou no território das comunidades do PAE Juruti Velho;
- refletir sobre as diferenças entre o que foi divulgado pela mineradora e o que aconteceu na realidade;
- estudar os danos causados pelo Projeto Juruti Sustentável tanto na cidade como no campo.

## Para refletir:

*É possível existir um projeto de mineração que respeite as comunidades, seus territórios e o meio ambiente? O que se pode aprender com os projetos de mineração já em funcionamento?*

Lago Grande - PA

## 4.1 A CHEGADA DA ALCOA EM JURUTI

Guilherme Resende



01

Dados do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) mostram que várias empresas e pessoas pediram a autorização para realização de pesquisas, lavra, licenciamento e registro desde a década de 1970.

ANOS

1970

1975

ANOS

2000

2002 a 2009

2006

Reprodução



MATAPU

02

Há dois processos para a realização de pesquisas: um no nome da Alcoa, outro no nome da empresa Matapu.

GettyImages



03

Os produtos voltados à exportação, chamados de *commodities*, como a bauxita, tiveram alta de preço devido ao crescimento econômico e ao aumento do consumo de países emergentes, como China e Índia.

A Alcoa intensificou as atividades em Juruti e se preparou para conseguir as licenças necessárias para colocar as minas em funcionamento. A partir daí, o território abriga de comunidades tradicionais e seus modos de vida foram sendo cada vez mais afetados e transformados pelas grandes empresas, já que o mundo todo consumia mais e mais bauxita.

Daniel Beltra/ Greenpeace



04

Aconteceram as fases de estudos ambientais e da construção da Mina de Juruti.

Os preços das *commodities* minerais subiram bastante. Havia pressa não só para que a mina começasse a funcionar, como também para conseguir as licenças de lavras para as áreas de entorno. Na área de entorno, está o PAE Lago Grande, em Santarém.

05

Começa a ser implantada toda a infraestrutura necessária ao funcionamento da mina: estrada, ferrovia, porto etc. Todo o espaço era território de comunidades tradicionais.



GettyImages



### 06

Com alta no preço das *commodities*, a Alcoa quer expandir seus negócios e amplia sua ofensiva sobre o PEAX Curumucuri e o PAE Lago Grande.

2008

2009

2010

2000 a 2011



### 08

O preço da bauxita no mercado internacional entrou em queda. A Alcoa reduziu a produção de bauxita nas minas já abertas e desacelerou a ampliação de novas minas. Isso possibilitou à empresa evitar conflitos antecipados com as comunidades locais, em áreas de possível expansão futura.

### 07

A mina de Juruti começou a funcionar, com investimentos de 1,3 bilhão de dólares – um dos maiores investimentos da empresa em todo o mundo.



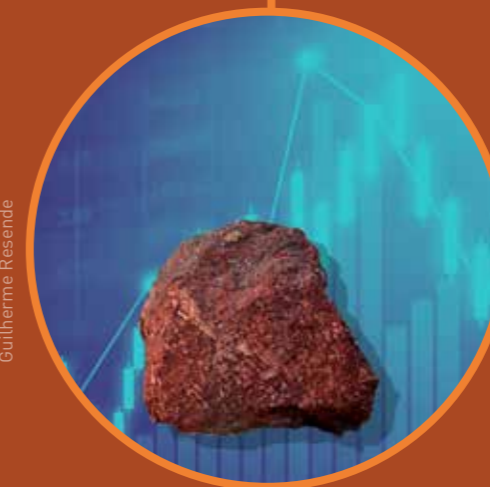
#### Mina de Juruti

Capacidade: 12 milhões de toneladas de bauxita por ano

Previsão de funcionamento: aproximadamente 70 anos.

Produção quando a mina começou a operar (2009): 2,6 milhões de toneladas de bauxita

Produção em 2019: 4,3 milhões de toneladas de bauxita



### 09

O Brasil se tornou o terceiro maior produtor mundial de bauxita, com produção de 35,5 milhões de toneladas por ano. A China é a maior compradora.



Juruti - PA

Para extrair a bauxita, a Alcoa se apropriou de espaços em Juruti de maneira compulsória e acelerada, tanto na zona urbana como na zona rural, como veremos neste capítulo.

Na **zona urbana**, causou várias alterações na infraestrutura da cidade, com grande aumento da população. Na **zona rural**, tirou de suas terras pessoas que viviam e trabalhavam nelas há diversas décadas ou desestruturou a vida das que permanecem no território, para instalar a mina e a infraestrutura para facilitar o funcionamento do projeto de bauxita.

O que as comunidades impactadas hoje pela possível expansão das minas podem aprender com quem já viveu isso na pele?

## 4.2 ESTRATÉGIAS DA EMPRESA PARA SE TERRITORIALIZAR

### > Falta de comunicação com os moradores locais

Por muitos anos, as atividades dos técnicos da Alcoa e de empresas contratadas para realizarem pesquisas no território passaram despercebidas pela população local. Como vimos, a empresa realiza pesquisas na região desde os anos 1970.

De acordo com os moradores, **as pesquisas foram iniciadas em Juruti sem que a Alcoa explicasse os reais motivos à população**. Em 2005, uma das empresas contratadas pela mineradora, a Senior Engenharia, empregava membros das comunidades para trabalharem como mateiros e para ajudarem os técnicos que realizavam as pesquisas na área, mas sem fornecer informações adequadas às comunidades.

As normas do DNPM estabelecem que a empresa que venha a receber autorização de pesquisa deve criar uma forma de comunicação com os donos de terras que estão dentro ou próximo da área a ser pesquisada, como fazendeiros, posseiros, membros de comunidades rurais, entre outros.

Mas não foi isso que aconteceu em Juruti. Inicialmente, muitas pessoas não sabiam que o território estava sendo alvo de ações de grandes empresas mineadoras. As comunidades rurais de Juruti **só entenderam um pouco melhor a situação quando as empresas já estavam se instalando** e transformando o seu território abrigo em território recurso de maneira bastante acelerada.

Por outro lado, de acordo com representante da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, a Semma, criada em 2009 em função da mineração, na época de implantação do projeto de bauxita, houve a realização de cerca de 35 reuniões para conversar com a população local sobre os impactos que seriam provocados pelo empreendimento, entre elas audiências públicas. No entanto, algumas dessas reuniões aconteceram em Santarém e mesmo em Belém, a mais de 1.500 quilômetros de distância. Nessas cidades a participação

popular ficou prejudicada. Isso mostra a dificuldade de parte considerável da população impactada para acessar as informações sobre a mineradora Alcoa.

### > Licenciamento ambiental pela metade

Quando vai instalar um projeto de mineração, a empresa mineradora precisa de uma série de licenças para poder colocar o empreendimento em funcionamento. É recorrente que empresas poderosas como a Alcoa, devido ao seu poder econômico e à promessa de “desenvolvimento”, obtenham a Licença de Instalação sem que todos os procedimentos sejam concluídos. Foi o que aconteceu em Juruti.

A primeira etapa de licenciamento ambiental é obter uma Licença Prévia, que deve ser emitida na fase de planejamento. Em 2005, para conseguir essa licença, começaram a ser elaborados, por parte da Alcoa, o **Estudo de Impacto Ambiental (EIA)** e o **Relatório de Impacto Ambiental (Rima)**. Eles são documentos importantes que indicam os possíveis impactos que o empreendimento poderá provocar, assim como ações para reduzir os danos.

#### O que o EIA-Rima apontou:

- **50 fatores capazes de causar impactos, durante as fases de localização, de instalação e de funcionamento. Só na fase de instalação, havia 18 fatores que geravam impactos.**
- **A área total de influência da Alcoa é de 656 mil hectares, dos quais:**
  - **A Área de Impacto Direto (onde o empreendimento se instala e opera as suas atividades) é de 173 mil hectares;**
  - **A Área de Impacto Indireto (que fica no entorno do empreendimento) é de 483 mil hectares.**

**Diversas críticas foram apontadas contra o EIA-Rima.** O Ministério Público do Estado do Pará (MPE/PA) e o Ministério Público Federal (MPF) consideraram o estudo e o relatório insuficientes, pois **não mostravam a real extensão dos danos previstos:** tratava-se de uma aproximação grosseira para estimar as áreas afetadas. Os impactos reais sobre os territórios, as comunidades e seus moradores extrapolam os limites considerados.

Além disso, participantes de movimentos sociais apontaram que o EIA-Rima **não levou em conta a existência de famílias que não tinham suas casas no território, mas que o usavam com diferentes objetivos,** como caça, extração de pau-rosa e coleta de diversos vegetais, como a castanha-do-pará, a andiroba, a copaíba, o leite-de-amapá, o leite de sucuba, o cumaru, o tucumã, o patauá, a bacaba, o açaí, o uxi, de palha e de cipós, entre muitos outros.

Mesmo com as denúncias e as críticas dos Ministérios Públicos, a Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Pará (Sectam) – o órgão ambiental da época – concedeu a licença para iniciar a instalação da empresa.

O resultado disso foi o **aumento da territorialização da Alcoa,** sem considerar, de fato, os danos sociais que foram e seriam causados. Isso significa que o território recurso foi ganhando mais e mais espaço sobre o território abrigo.





### > Promessa de um “desenvolvimento sustentável”

Todo processo de chegada, licenciamento e instalação da Alcoa em Juruti foi feito com uma **propaganda de que a empresa iria implantar um modelo de desenvolvimento inovador**, chamado “**Projeto Juruti Sustentável**”, lançado em 2006.



#### O que é desenvolvimento sustentável?

O conceito de “desenvolvimento sustentável” se fez muito forte a partir dos anos 2000, com a crescente tomada de consciência dos graves problemas ambientais e socioeconômicos enfrentados pela humanidade. A ideia surgiu em oposição a um tipo de “desenvolvimento” obtido a partir da exploração sem limites dos recursos naturais, que promove desigualdade e injustiças – e que seria “insustentável”.

Todo processo de ocupação da Amazônia a partir dos anos 1970 se deu baseado em uma ideia de desenvolvimento que se sustenta em grandes projetos, sejam eles de mineração ou agropecuários. Para isso, toda uma infraestrutura é construída, como estradas, hidrelétricas, portos e ferrovias, gerando muitos conflitos com posseiros, comunidades e povos que já estavam ali há gerações. Os prejuízos sociais e ambientais desse modelo são imensos.

Em contraposição, o desenvolvimento seria “sustentável” se respeitasse a natureza e promovesse justiça social, garantindo às gerações futuras o usufruto dos bens naturais. No entanto, esta é uma ideia em disputa. Muitas empresas se apropriaram dela para dizerem que estavam promovendo “boas práticas”, enquanto, de fato, não houve mudanças no modo de exploração dos territórios.

Aqui cabe uma importante reflexão: é possível que a extração de minérios de uma área, até que ela se esgote, com todos os irreversíveis e negativos impactos socioambientais causados, seja considerada uma atividade de desenvolvimento “sustentável”?



Além das licenças ambientais necessárias, impostas por lei, a empresa defendia que também iria utilizar uma **licença social**, uma espécie de permissão da população local para que a empresa se instalasse no município. Essa licença contaria com um planejamento para o desenvolvimento local, que seria feito em parceria com múltiplas instituições: poder público, comunidades, empresas etc..

A empresa dizia que se tratava de um projeto alternativo de mineração, baseado no **desenvolvimento territorial sustentável e participativo**, ou seja: cuidaria da preservação do meio ambiente ao mesmo tempo em que incluiria todos os setores da sociedade nas decisões da empresa. Nessa época, o então presidente das operações da Alcoa da América Latina e Caribe, Franklin Feder, dizia que **Juruti se tornaria uma referência nacional e internacional em sustentabilidade e responsabilidade social de uma mineradora**.

Essa ideia foi usada para **convencer a população** de que os impactos negativos da mineração, documentados em outras regiões da Amazônia, não se repetiriam em Juruti. Como será visto adiante, ao longo da implantação do projeto isso se mostraria uma inverdade.



Juruti - PA

### O Projeto Juruti Sustentável

Em 2006, depois de conseguir a Licença de Instalação, ou seja, a permissão para se instalar em Juruti, a Alcoa contratou o Centro de Estudos em Sustentabilidade da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio), além de várias ONGs regionais. Foi construído, assim, o **Projeto Juruti Sustentável**, que era baseado em quatro ideias:

- **participação** de toda a sociedade em todo o processo, com negociação e de elaboração de consensos;
- consideração de que as transformações e impactos iam **além dos limites do município de Juruti**;
- consideração das **políticas públicas** regionais e municipais;
- utilização das práticas de **sustentabilidade** dentro da própria empresa.

### A estrutura criada

Para colocar em prática esse modelo de sustentabilidade, foram criados:

- um **fórum de desenvolvimento local**, ou seja, um local de diálogo no qual as novas ideias seriam discutidas – o **Conselho Juruti Sustentável (Conjus)**, criado no dia 20 de agosto de 2008, formado por empresas locais, membros da sociedade civil e pelo poder público;
- **indicadores de desenvolvimento sustentável**, ou seja, definir fatores capazes de gerar um desenvolvimento sustentável;
- um **fundo de desenvolvimento sustentável**, ou seja, reservar dinheiro para financiar esse modelo – o **Fundo Juruti Sustentável (Funjus)**, que foi criado pelo Funbio. O Funjus financia projetos sociais na região, e também apoia as demandas do Conjus.

### A Agenda Positiva

Na tentativa de promover o avanço do Projeto Juruti Sustentável, em 2007 a Alcoa e a Prefeitura Municipal de Juruti formaram uma parceria chamada “Agenda Positiva”, para **atender as reivindicações que comunidades e sociedade passaram a exigir com a instalação da empresa, devido aos vários problemas gerados**.

Com essa parceria, foi possível conseguir os primeiros equipamentos e serviços urbanos, ou seja, salas de aula, equipamentos de coleta de lixo, instalação do Conselho Tutelar, reforma do hospital municipal, viaturas de polícia, entre outros. No entanto, todos esses equipamentos e serviços deveriam ser prestados pelo Estado como políticas públicas. A Alcoa se favoreceu da precariedade para construir, diante da população, uma imagem positiva, de “salvadora” dos problemas.

Da mesma forma, a Agenda Positiva possibilitou outros benefícios importantes para tentar diminuir os problemas sociais criados pelas atividades da própria mineradora, o que deveria ser obrigação da Alcoa.



**Apesar de essa estrutura aparentar ser participativa, vários problemas podem ser elencados.**

Em 2009, dois movimentos sociais se tornaram muito fortes no município: o Movimento 100% Juruti e o Movimento 100% Alcoa. O Movimento 100% Juruti era formado por pessoas que criticavam a atuação da Alcoa. Já o Movimento 100% Alcoa era formado por pessoas que defendiam a mineradora.

Quando o Conjus foi criado, o Movimento 100% Juruti ocupou sua coordenação geral, mas acabou saindo dela. O Conjus passou a ser criticado por vários setores da sociedade local. As organizações alegaram que o conselho não defendia os interesses sociais locais e que ele foi criado sem ter o poder de tomar decisões coletivas, como reivindicavam os movimentos sociais. Se retiraram do conselho importantes grupos, como a Acorjuve, a Igreja Católica de Juruti e as irmãs franciscanas de Maristella, entre outros.

Em 2015, o Conjus e o Funjus passaram a fazer parte do Instituto Juruti Sustentável, o Ijus, uma nova instituição, fundada naquele ano. Essa organização foi criada com o objetivo de apoiar financeiramente ações, projetos e programas, utilizando o Funjus.

Na prática, o Ijus passou a comandar a aplicação dos recursos do Funjus, seja por influência no Conjus, seja pela definição dos projetos prioritários a serem apoiados. O Conjus decide, já que se trata de um órgão deliberativo e consultivo, e o Funjus financia.

É comum em Juruti ouvir que esse arranjo institucional **torna todas as instituições subordinadas à Alcoa**. Ou seja, apesar de parecer autônomo, o Ijus seria um braço do Instituto Alcoa, e os dois seriam dependentes dessa empresa mineradora. O Instituto Alcoa pertence à mineradora e é responsável pelas suas ações sociais. Ele recebe doações e destina recursos para projetos comunitários, e participa do Conjus.

O Instituto Alcoa possui grande influência na definição dos editais que são financiados pelo Funjus. Os dois são parceiros no financiamento e na execução de projetos no município, tanto na zona rural quanto na zona urbana.

### 4.3 O PROJETO NA PRÁTICA: DESESTRUTURAÇÃO DA VIDA

Apesar de toda essa estrutura e de toda propaganda, a força com que as transformações impostas pela mineração desestruturaram compulsoriamente o modo de vida das comunidades locais, e causaram sérios prejuízos às suas condições de vida, coloca em xeque os princípios de sustentabilidade do Projeto Juruti Sustentável e da própria Agenda Positiva, como veremos a seguir.

Havia muitas críticas sobre as mudanças no território, as quais foram pouco consideradas – já desde o Eia-Rima, pois as necessidades da população cresciam e a infraestrutura não era compatível com esse aumento.

**O Projeto Juruti Sustentável nem de perto reduziu os impactos negativos da mineração.** As carências da população já existiam e, com a chegada da Alcoa, cresceram ainda mais. A seguir veremos, tanto na zona urbana como na zona rural, como a proposta de desenvolvimento sustentável da mineradora Alcoa, no município de Juruti, na prática, não tem sustentação.

#### > Zona urbana: a cidade fica com a conta

A cidade de Juruti passou por grandes transformações com a chegada de milhares de pessoas atraídas pelas promessas da mineradora de emprego e desenvolvimento. No ano 2000, a população era de aproximadamente 30 mil habitantes. Em 2010, esse número havia aumentado mais de 50%, atingindo cerca de 47 mil habitantes. Em 2016, a população estava em torno de 55 mil habitantes.

Esse aumento populacional descontrolado provocado pela mineração trouxe impactos sobre a economia local, a educação, a saúde pública, os transportes e o meio ambiente, gerando muita insatisfação entre seus habitantes, e exigindo a participação de instituições públicas federais, estaduais e municipais, com destaque para o poder público municipal.

Dentre essas transformações, as pessoas entrevistadas na pesquisa levantaram alguns **pontos positivos**:

- a melhoria da economia urbana, devido ao aumento da quantidade e variedade de serviços oferecidos, que resultou em uma maior circulação de dinheiro no comércio local;
- avanços na infraestrutura, nos transportes e na saúde, principalmente. No caso da saúde, praticamente todos se referiram à construção do Hospital 9 de Abril, que faz parte da Agenda Positiva. Essas mudanças eram necessárias para atender os funcionários da Alcoa, já que a empresa não construiu uma cidade exclusiva para eles, como ocorreu em Oriximiná.

Uma das principais mudanças na organização da prefeitura municipal de Juruti foi a necessidade de criação da **Secretaria Municipal de Meio Ambiente**, a Semma, que passou a ter uma atuação fundamental, tanto na zona urbana como na zona rural.

Na zona urbana, focou suas atividades principalmente para acompanhar os processos de licenciamento da Alcoa e os planos e projetos de saneamento e gestão de resíduos. Na zona rural, suas atividades focavam também nos licenciamentos e na aplicação dos recursos de compensações para criar unidades de conservação municipais, ou seja, áreas ambientalmente protegidas. Tudo isso foi feito com o objetivo de minimizar os impactos negativos que não existiriam caso a mineração não tivesse se territorializado ali.

O discurso do desenvolvimento baseado no crescimento econômico ainda é muito forte. De maneira geral, no período de 15 anos de pesquisa, as sucessivas gestões da Semma aprovavam o Projeto Juruti Sustentável, e consideravam necessário expandi-lo para o entorno de Juruti, porque “o progresso compensa os problemas”.

### Prejuízos causados na cidade pela mineração

Em contraposição ao que se poderia ser considerado positivo, estão **os muitos danos causados pela presença da mineradora** no município:

- O **inchaço urbano**, ou seja, o grande número de pessoas que vieram para a cidade em busca de emprego na mineradora. Todo o município, principalmente a sede municipal, quase dobrou sua população desde a implantação do projeto.
- O resultado desse aumento populacional foi a **periferização da cidade**, ou seja, a população mais pobre começou a ocupar áreas periféricas, com a criação de dois novos bairros: Santa Rita e São Marcos. Esses bairros têm **reduzida infraestrutura urbana**, demandando grande esforço de investimento por parte da prefeitura. Como os investimentos não acompanharam o ritmo de **crescimento dos problemas sociais**, houve seu agravamento, dentre eles o da moradia.
- Houve um **aumento das despesas públicas municipais**. Um exemplo foi o aumento do fluxo de veículos, que obrigou a prefeitura a criar um Departamento Municipal de Trânsito, e pagar toda a sinalização semafórica e gráfica, além do asfaltamento de ruas, que ainda não foi feito nos dois bairros novos.
- Com a expansão da cidade, houve um **aumento da violência urbana**, com ampliação das redes de tráfico e do consumo de drogas lícitas e ilícitas, e um aumento da prostituição, inclusive a exploração sexual de crianças e adolescentes.
- O **Projeto Juruti Sustentável gerou menos empregos** do que o projetado e o esperado. Os empregos criados para a população local são, na maioria das vezes, apenas para a fase de implantação, e estão mais relacionados ao setor da construção civil, em que os moradores atuam como peões e pedreiros. As vagas que geralmente exigem nível superior ficaram para trabalhadores de Belém, de outros estados brasileiros e, até mesmo, de outros países.

- A Alcoa tem **fraca parceria com o comércio local**, ou seja, apenas uma pequena parte das compras da empresa é feita no próprio município. Alimentos, roupas e outros produtos utilizados no dia-a-dia pela empresa são comprados fora de Juruti.
- A **Alcoa ainda não cumpriu tudo o que foi planejado**, como por exemplo a construção do aterro sanitário e do linhão que conecta Juruti ao Sistema Nacional de Energia Elétrica. A Alcoa construiu sua própria usina termoeletrica, fazendo com que a pressão política pela conclusão do linhão não fosse necessária. Isso mostra que a empresa não se empenha em realizar pontos da Agenda Positiva de interesse do município que não lhe dão retorno lucrativo.

Os **danos ambientais trazidos pelos grandes projetos de infraestrutura**, como o asfaltamento da Rodovia PA-253 e a construção do porto e da ferrovia, que causaram contaminação das águas e desmatamento, por exemplo.

Todos esses prejuízos são de difícil solução. A situação é pior em função **das dificuldades de negociação e diálogo** entre o poder público, a sociedade civil e a empresa. Os representantes da Alcoa que estabeleceram os compromissos iniciais com a prefeitura de Juruti e com as comunidades foram substituídos: os novos funcionários não acompanharam a fase inicial desse processo, e às vezes, desconsideraram os compromissos e acordos previamente estabelecidos.

Além disso, a prefeitura não tinha experiência para lidar com projetos de mineração, e precisou aprender com erros e acertos ao longo desses anos de implantação do Projeto Juruti Sustentável. Há reclamações de que essas falhas aconteceram porque o governo do estado do Pará não deu apoio suficiente para Juruti, e que falta transparência sobre o recebimento de recursos.

Assim, o **Projeto Juruti Sustentável termina por não se diferenciar de tantos outros projetos de mineração na Amazônia**. A partir do discurso desenvolvimentista da Alcoa e das empresas por ela contratadas, além de instituições e

lideranças, se criou uma expectativa de desenvolvimento para todos, situação que não ocorreu como a sociedade local esperava.

### > Zona rural: projetos sociais como estratégia falida

A Alcoa usou como **estratégia de aproximação das comunidades a implantação de projetos sociais**, como veremos adiante nos exemplos do PA Socó e do PA Esperança. Segundo a empresa, os projetos na área de produção minimizariam os danos provocados no território pela mineração. As iniciativas faziam parte da proposta de tornar o projeto de mineração “sustentável” e seriam realizadas com o apoio de várias instituições. Na prática, porém, esses projetos não se mostraram eficientes e, na maioria dos casos, **trouxeram sérios prejuízos às comunidades**.

Como problemas, são apontados:

- o processo de implantação dos projetos **não foi conversado** com a comunidade e os técnicos contratados **não levaram em consideração a realidade comunitária**;
- houve proposição de culturas novas, **sem levar em consideração a vocação** da comunidade e **sem análise de mercado** para o escoamento da produção;
- para empreender outras culturas indicadas pelos técnicos, **as comunidades deixaram de produzir farinha**, sobre a qual tinham amplo conhecimento, com mercado já constituído;
- os **saberes comunitários** sobre economia, renda e distribuição da produção familiar **foram desconsiderados**, e esses projetos foram implantados de maneira brusca;

- Alcoa e empresas por ela contratadas comprariam a produção das novas culturas produzidas pelos assentados, como hortaliças. No entanto, como únicas clientes das comunidades, **nem sempre garantiam a compra** da produção dos assentados;
- a implementação de projetos coletivos, como hortas e tanques de pesca, assim como os outros projetos, deixou de funcionar. **Poucos projetos seguem funcionando.**

Os problemas culminaram no **comprometimento da soberania alimentar das comunidades** – produzir o que se come, o que alimenta e o que se gosta. Na prática, ocorreu uma **queda brusca na produção da agricultura familiar** em todo o município de Juruti, como se pode observar nos dados da Produção Agrícola Municipal. Os **agricultores perderam parcialmente a sua autonomia de escolher o que produzir, prejudicando a sua dieta alimentar.**

A farinha de mandioca, por exemplo, era o mais importante produto agrícola do município, que já foi o maior produtor do Baixo Amazonas. Com a entrada da Alcoa, a expectativa de oportunidades de emprego e a tentativa de execução dos projetos, as comunidades deixaram de lado a tradicional produção de farinha para apostar em outras culturas, sem sucesso. Isso fez **a produção despencar e, hoje, o município precisa importar farinha de outros municípios.** A farinha foi uma das produções mais prejudicadas da agricultura familiar de Juruti depois da implantação do Projeto Juruti Sustentável. Sua recuperação como grande produtor de farinha de mandioca ainda está em curso.

Vamos olhar dois casos para exemplificar esse processo, o da comunidade Café Torrado, no projeto de assentamento Socó, e o de comunidades do projeto de assentamento Esperança.



### O Caso Café Torrado, PA Socó

A comunidade Café Torrado foi uma das principais comunidades atingidas pela chegada da Alcoa, pois a Estrada de Ferro Juruti atravessou seu território.

Depois de pressão da comunidade para que fossem reconhecidos os prejuízos da ação da mineradora no território, a Alcoa passou a implementar projetos sociais em Café Torrado.

No entanto, um dos líderes da comunidade disse que o processo de implantação desses projetos não foi conversado com a comunidade. Os técnicos que foram contratados para ensinar cursos não levaram em consideração as características da realidade desses agricultores familiares.

A Alcoa, durante o período da sua instalação, contratou uma empresa intermediária que estimulou a plantação de açaí e hortaliças. Os técnicos afirmavam que isso traria mais dinheiro aos assentados, o que melhoraria a condição de vida da comunidade. Mas a empresa não analisou o mercado local e não ofereceu cursos de formação para os agricultores. Além disso, desconsiderou a produção de farinha. Isso significa que a empresa apenas prometeu a ideia de sustentabilidade, sem realmente concretizá-la.

O resultado foi a população deixar de produzir farinha, sobre a qual tinha grande experiência, para produzir hortaliças, sem nenhuma segurança de sucesso. A mudança não deu certo: o mercado ficou cheio e a empresa GR, que comprava as hortaliças, uma das contratadas da Alcoa, não deu conta de adquirir toda a produção.

Outro projeto foi o de criação de galinhas, também durante o período de instalação da Alcoa. A alimentação dos animais dependia de ração que vinha do Mato Grosso e chegava em Juruti com preço alto, o que fez encarecer a produção. Assim, os pequenos produtores não conseguiram competir com os grandes, que podiam vender a preços menores. Os projetos de produção de açaí, de hortaliças e de criação de galinhas, dentre outros, faliram.

Além dos projetos, no mesmo momento em que a Agenda Positiva foi implantada, foi estabelecido um compromisso coletivo com as comunidades do PA Socó, chamado de **“matriz de compensação coletiva”**. Esse compromisso é um conjunto de metas que a empresa deve cumprir para “compensar” a população pelos danos causados.

A construção da casa de farinha e da escola foi cumprida, mas o Centro de Formação Técnica, que foi exigido pelos assentados e que deveria ter sido construído em 2007, depois de 15 anos da implantação do Projeto Juruti Sustentável ainda não foi construído. Esse centro seria um espaço para fortalecer o envolvimento e a participação dos moradores. Ou seja, seria um instrumento para a **autonomia dos comunitários em relação à Alcoa, não de dependência**.

Outro compromisso que poderia fortalecer o reconhecimento da posse das comunidades sobre seu território abrigo seria criar mapas detalhados dos territórios das comunidades, como foi prometido na matriz de compensação coletiva. Os mapas seriam uma ferramenta muito importante para futuros compromissos, mas também não foi cumprido pela empresa.

Assim, as subsidiárias da Alcoa **focaram nos assentados individuais, tentando desfazer os acordos coletivos e enfraquecer a luta comunitária**.

## O caso do PA Esperança

A Associação dos Produtores Rurais do Assentamento PA Nova Esperança, a Aprapane, representa as comunidades Bom que dói, Pratinha, Nova Esperança, São Paulo, Paraense e Santo Antônio. No assentamento, depois da implantação do Projeto Juruti Sustentável, aconteceram apenas duas visitas de técnicos para avaliar e propor a implantação de projetos. Não ficou claro se esses técnicos eram da Alcoa, do Instituto Alcoa ou do Instituto Juruti Sustentável.

Dentre as propostas de projetos desses técnicos para as comunidades, estavam a produção de artefatos de barro e a criação de um auxílio para construir uma sede para a Aprapane, que foi fundada em 1999, mas ainda não possui um espaço próprio.

Nenhum desses projetos e outras promessas foram cumpridos. A única exceção foi a construção dos ramais que ligam as comunidades, e que foram feitos pela prefeitura de Juruti.

## 4.4 COMPENSAÇÃO FINANCEIRA?

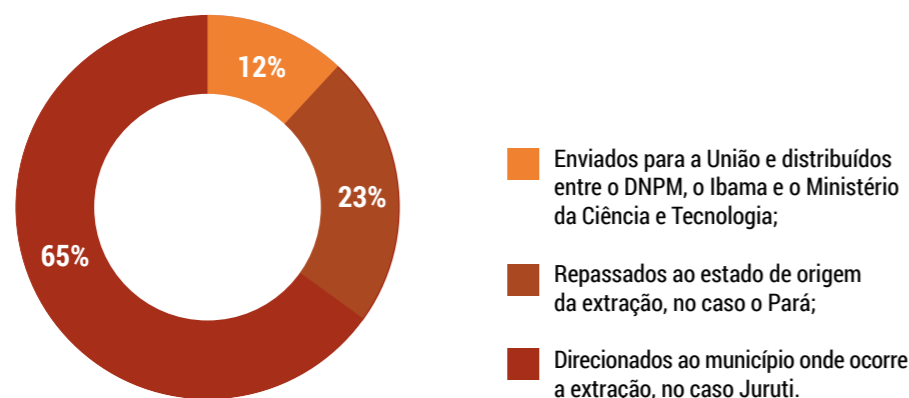
Quando se fala em compensação, o que se busca são formas de **“compensar” a população local pelos danos causados** por uma atividade econômica, como a mineração. As medidas de compensação serviriam para tentar corrigir os prejuízos socioambientais, não estando ligadas somente a um valor financeiro. Os diversos projetos (geração de renda no campo e na cidade, educação, saúde etc.), assim como os institutos e as fundações ligadas à Alcoa, foram criados fundamentados na ideia de compensação.

Como veremos a seguir, há algumas formas de compensação financeira, ou seja, o pagamento de um valor em dinheiro tanto ao poder público como aos moradores onde a mineração se territorializou. O que se viu em Juruti foi uma disputa sobre quem deve gerir esses recursos: as comunidades ou a prefeitura? E além disso: ele pode ser destinado individualmente às famílias impactadas ou somente a projetos coletivos?

## > Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais

Em regiões onde existe exploração mineral, como é o caso de Juruti, a mineradora deve pagar uma taxa chamada de **Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais, a CFEM**, pelo aproveitamento econômico desses recursos minerais. No caso da mina da Alcoa em Juruti, como a bauxita é vendida diretamente, a CFEM é de 3% sobre o lucro. O lucro acaba sendo menor por ser atividade primária, ou seja, o minério é vendido mais em seu estado natural, sem tantas transformações.

A arrecadação financeira da CFEM é distribuída entre a União, os estados e os municípios:



Com isso, a **CFEM constitui a principal receita financeira do município de Juruti**, devido às atividades da Alcoa.

Como a arrecadação municipal aumenta bastante com a mineração, é comum a ideia de que a atividade é uma oportunidade de crescimento econômico e de “desenvolvimento” local. Esses recursos deveriam ser aplicados na melhoria da infraestrutura do município, na diversificação de atividades produtivas e em políticas para melhorar a qualidade do meio ambiente. E a pergunta que fica é: ainda assim, seria suficiente? O pagamento da taxa não compensa os prejuízos ambientais, tampouco os prejuízos que as comunidades enfrentam com a tomada de seus territórios.

## > Compensação individual ou coletiva?

Como vimos, em 2004, os moradores de Juruti Velho criaram a Acorjuve e, em 2005, receberam a CDRU do Inca, tornando-se assim os legítimos beneficiários e titulares efetivos da área explorada pela Alcoa.

De acordo com o artigo 176º da Constituição Federal de 1988 e o artigo 11º do Código de Mineração, parte dos lucros deve ser paga para os superficiários, ou seja, as pessoas que têm a posse da terra onde o minério será explorado. Com isso, os moradores de Juruti Velho começaram a **reivindicar o recebimento de royalties na justiça e indenizações de danos, perdas e prejuízos** devido às atividades da Alcoa na área coletiva.

### **Royalties X indenização**

*Royalties* é um valor pago por uma empresa a um proprietário pelo direito de usar, explorar e comercializar um bem. Nesse caso, como a Alcoa está extraíndo minérios que estão dentro da área do PAE Juruti Velho, a mineradora paga uma quantia aos moradores do assentamento por estar usando o território, explorando e comercializando minérios.

Essa quantia é de cerca de R\$ 5 milhões por ano e é destinada à Acorjuve. Esse dinheiro é uma parte dos *royalties* distribuída diretamente às comunidades. Esse recurso é equivalente a 1,5% dos lucros obtidos sobre a lavra de bauxita.

Já a indenização se refere ao pagamento por perdas e danos causados pela mineradora e pode ser coletiva e individual. A Acorjuve moveu ação contra a Alcoa cobrando por essa indenização, com apoio do MPF. Até agosto de 2020, essa indenização ainda não havia sido paga.



Em 2010, a Acorjuve passou a receber os R\$ 5 milhões de *royalties*, depois de intensa pressão popular. Com os primeiros repasses à Acorjuve, o modelo de gestão e de uso dos recursos dividiu os parceiros. A associação seguiu um modelo misto de repasse do dinheiro que incluía, além de investimentos coletivos, bolsas trimestrais às famílias que vivem há muito tempo no espaço explorado pela Alcoa. No entanto, representantes da igreja católica, de movimentos sociais do município (como a Associação das Comunidades da Gleba Curumucuri) e do Ministério Público Estadual defendiam que os recursos deveriam ser destinados apenas para projetos coletivos.

Já representantes do Ijus e a Semma avaliavam que o recurso deveria ser administrado pela prefeitura de Juruti, pois a região do PAE Juruti Velho não é a única atingida pelo projeto de mineração. Em resposta, a direção da Acorjuve defende que todo o recurso seja aplicado nas comunidades do Juruti Velho, dizendo que as lutas sociais foram fundamentais para que esses pagamentos fossem feitos diretamente a elas.

Esses conflitos mostram um tipo de dano sobre o qual os moradores de Juruti Velho falam com propriedade: a quebra da confiança e da solidariedade, elementos fundamentais da vivência comunitária. A desconfiança sobre o valor dos recursos recebidos pela associação e sua utilização gerou intrigas e rompimentos irreparáveis entre as pessoas. Isso torna a comunidade mais frágil e vulnerável às investidas da mineradora. Como compensar, com dinheiro, esse prejuízo?

Os conflitos sobre a aplicação dos 5 milhões de reais fizeram com que o Ministério Público Federal e o Estadual, em 2015, alegassem que faltava clareza na destinação de recursos e sugerissem a criação de uma fundação para gerenciar o valor que seria pago pelas indenizações individuais e coletivas por perdas e danos. Isso gerou um impasse, ainda não solucionado. Até 2019, essa fundação ainda não havia sido criada e a Acorjuve e as comunidades ainda não tinham tido acesso a essas indenizações, apenas aos *royalties*.

#### 4.5 MOBILIZAÇÕES DAS COMUNIDADES E CONQUISTAS

É evidente que **os interesses da Alcoa e das comunidades são conflitantes**. É muito importante destacar que todas **as conquistas** adquiridas a partir da entrada da Alcoa no território **são fruto de intensas mobilizações e pressão** das comunidades sobre a empresa e o poder público.

As mobilizações sociais acontecem quando grupos da sociedade se organizam para reivindicar seus direitos e se manifestar sobre situações que geram problemas. São instrumentos de luta contra injustiças sociais e em defesa dos seus territórios.

Essas mobilizações foram muito importantes para exigir que a Alcoa e o poder público reconhecessem os direitos de posse e uso das comunidades sobre seus territórios. Elas já estavam ali há diversas gerações, muito antes dos interesses de instalação da mineradora. Foi a organização e mobilização social que fizeram a Alcoa se sentir obrigada a dialogar com as comunidades, por meio do Instituto Alcoa. A partir disso a empresa começou a se aproximar da comunidade, prometendo apoiar projetos sociais e econômicos sustentáveis.

Ainda que esses projetos não tenham se revertido em compensação de fato, nem em sustentabilidade, **são as lutas e resistências que mantêm a empresa preocupada em cumprir suas obrigações**, conforme manda a legislação.

Em 28 de janeiro de 2009, por exemplo, famílias de comunidades do PAE Juruti Velho, do PAE Socó, do PEAEX Curumucuri, junto com moradores de outras comunidades, lideranças, políticos, pesquisadores e religiosos, **interditaram a estrada** que dá acesso à base Capiranga da Alcoa no PAE Juruti Velho, reivindicando indenização por perdas e danos causados pela instalação da mina na área do PAE Juruti Velho e pelo direito de receberem compensação financeira pela madeira retirada da área pela empresa.

Vários movimentos sociais também se manifestaram contrários à extração irregular de madeira no PAE, facilitada pelas estradas abertas pela mineradora. A base só foi desocupada quase 24 horas depois, quando autoridades de diferentes esferas do poder (federal, estadual, municipal, local e empresarial) negociaram com representantes dos movimentos sociais, cerca de 200 pessoas.

Essa ocupação foi fundamental para que a Acorjuve conquistasse o direito de receber da Alcoa os *royalties* pela extração da bauxita, como compensação pelos danos e prejuízos causados às comunidades pela extração do minério.

Mobilizações importantes também aconteceram na comunidade de Café Torrado, no PA Socó, onde há muitos conflitos sociais e ambientais entre a comunidade e a Alcoa ou seus intermediários, principalmente devido às modificações sobre o uso do território impostos pela empresa à comunidade.

Lago Grande - PA

# 5.

## PROJETOS DE EXPANSÃO

Mineração em Juruti - PA

### Neste capítulo, você vai:

- saber mais sobre os planos de expansão da Alcoa sobre novos territórios e as estratégias da empresa nessas áreas;
- saber como as comunidades do PAEX Curumucuri e do PAE Lago Grande têm encarado as investidas da mineradora;
- conhecer estratégias de resistência à mineração.

### Para refletir:

*É possível que haja territórios livres de mineração?*

### 5.1 NOVAS INVESTIDAS DA ALCOA

Depois de 15 anos atuando em Juruti, a Alcoa continua gerando transformações sociais e territoriais, principalmente nas áreas próximas à abertura de novas minas de exploração, no município de Juruti e no município de Santarém, representando ameaça ao território abrigo de muitas comunidades.

Vamos neste capítulo ver dois casos: do PEEX Curumucuri, criado pelo Instituto de Terras do Pará (Iterpa) em Juruti, e do PAE Lago Grande, criado pelo Inbra em Santarém.

Nessas áreas, têm se fortalecido **iniciativas de resistência à mineração**, mas **ainda há conflitos entre lideranças contrárias e favoráveis** ao projeto de expansão minerária da Alcoa.

No PEAEX Curumucuri, as lideranças da Associação das Comunidades da Gleba Curumucuri, a Acoglec, estão em conflito sobre continuarem ou não a relação de parceria com a empresa, que já está em fase avançada de territorialização, com o Instituto Alcoa desenvolvendo vários projetos. E no PAE Lago Grande há moradores e instituições, como a Federação das Associações Comunitárias da Gleba Lago Grande, a Feagle, que são contra a entrada da empresa e dos projetos do Instituto Alcoa e do Instituto Juruti Sustentável, o Ijus. Esses dois casos serão explicados com mais detalhes a seguir.

## 5.2 PEAEX CURUMUCURI: CONFLITOS

O interesse da Alcoa em expandir as suas atividades minerárias para o PEAEX Curumucuri tem gerado muitos conflitos internos e acaba dividindo a comunidade.

Representantes da Acoglec estão de acordo com os projetos e com a presença da Alcoa na região, com quem a associação tem boa relação. Eles dizem que os membros da mineradora visitam o PEAEX Curumucuri para pedir autorização para “atividade de pesquisa de aprimoramento, fase de sondagem de detalhamento para planejamento de lavra e refinamento da reserva de bauxita”. Há, entretanto, pessoas na comunidade contrárias à entrada da Alcoa.

A Alcoa tem usado de algumas estratégias já conhecidas para se aproximar das comunidades do PEAEX Curumucuri. Em 2019, a mineradora visitou a comunidade do Batata, por exemplo, para apresentar os projetos sociais que poderão implementar, o que foi visto com bons olhos pelo diretor da Acoglec. O possível repasse do dinheiro das compensações à associação, como acontece no Juruti Velho, também se mostra como um atrativo pois, em tese, garantiria a autonomia administrativa da Acoglec. No entanto, a própria experiência no PAE Juruti Velho mostra os muitos limites que a atuação dos projetos propostos pela Alcoa e a compensação financeira têm na prática.

Além disso, o alinhamento da associação à Alcoa pode prejudicar toda a resistência à entrada da empresa no território do PAE Lago Grande, já que os assentamentos são vizinhos. As representações das comunidades participam de muitos dos mesmos movimentos sociais e ambientais locais. As decisões tomadas, as mobilizações políticas encaminhadas, os resultados e os possíveis desastres são todos elementos que influenciam no processo de resistência do PAE Lago Grande.

## 5.3 PAE LAGO GRANDE: POR UM TERRITÓRIO LIVRE DE MINERAÇÃO

Em Santarém, com o desejo de expandir suas atividades minerárias, a Alcoa pretende ocupar a área do PAE da Gleba Lago Grande. Essa situação tem causado muitos conflitos, insegurança e desconforto para as comunidades que preferem ter seu território assegurado como abrigo e não como recurso da mineradora. Há muitos debates e incertezas sobre o futuro do modo de vida local.



PAE Lago Grande - PA

Gilka Resende

Em 2008, a Alcoa começou a tentar se aproximar das comunidades do PAE Lago Grande. Nessa época, os trabalhos de prospecção, os desmatamentos e as relações entre uma empresa subsidiária da Alcoa e lideranças comunitárias resultaram em denúncias que foram encaminhadas ao MPF pela Feagle. Em novembro de 2010, a Alcoa entrou na justiça com uma Ação de Instituição de Servidão e Avaliação – que tem a função de exigir a atividade no local – para garantir que as pesquisas fossem realizadas.

Depois de alguns anos de tranquilidade, devido à queda dos preços mundiais da bauxita, a partir de 2018 novas tentativas de prospecção e de realização de projetos sociais começaram a surgir, gerando novos conflitos. Por essa razão, as comunidades têm se organizado para defender o seu território abrigado.

#### > Estratégias da empresa

Vamos analisar como a empresa tem se aproximado das comunidades do PAE Lago Grande e que estratégias vêm sendo usadas, assim como as iniciativas de resistência. Assim como no PAE Juruti Velho, a Alcoa busca se aproximar por meio de **atividades que possam atrair o interesse das comunidades, criando uma boa imagem.**

A principal estratégia tem sido expor os projetos sociais do Instituto Alcoa, aliada a intensa publicidade e direcionamento de recursos para áreas que deveriam ser de obrigação do poder público, como educação. Essa estratégia fez com que alguns moradores considerassem positiva a entrada da mineradora no território.

#### >> Assédio nas escolas

A Alcoa tem usado o espaço das escolas, locais de referência nas comunidades, para convencer os moradores dos supostos benefícios que sua entrada no território pode oferecer. A mineradora teve contato com várias escolas, como nas comunidades da Vila Curuai, Cabeceira do Marco, Igarapé Açu, Bom Jardim, Boa

Esperança, Aracuri e Vila Tabatinga, onde entregaram panfletos e fizeram palestras sobre os projetos sociais. Houve, entre 2014 e 2018, um período mais intenso da vinda dos técnicos responsáveis por fazer palestras.

Ao mesmo tempo em que o poder público tem pouca ação na comunidade, a presença da Alcoa nas escolas gerou uma percepção positiva em relação à mineradora, com a promessa de um possível aumento da renda e de fluxo de pessoas.

Em uma escola da Vila Curuai, por exemplo, faltava material para uma banda marcial. Então, funcionários da mineradora sugeriram, em 2016, que um projeto fosse elaborado e enviado para a empresa, como fonte de financiamento. Com isso, se cria uma ideia de que a mineradora pode resolver os problemas existentes. Por outro lado, faltava informação sobre os danos causados pela mineração, o que deixou as pessoas divididas.

A partir 2018, a Casa Familiar Rural de Curuai, a Igreja Católica e a Associação Comunitária se empenharam em começar um processo de informação nas comunidades. Foi possível perceber, por exemplo, que a experiência de Juruti se mostrou uma saída para geração de empregos apenas no início da implantação do projeto de mineração. Além disso, passaram a ser discutidos muitos dos pontos negativos, entre eles os danos ambientais que existirão com a entrada da empresa no território, como a destruição de igarapés.

#### >> “Diálogo social”

Com a promessa de criar opções para “desenvolver” a região, a Alcoa iniciou um processo que chamou de “diálogo social”, essa incursão nas escolas por meio de reuniões com a comunidade. Essa prática se revelou, ao final, **instrumento de divulgação dos projetos sociais e do recurso** que entraria nas comunidades, para **convencê-las dos supostos benefícios** da mineração.

Na Vila Curuai, a mineradora chegou a fazer uma chamada no rádio para convidar a comunidade a participar de uma reunião na qual apresentaria suas propostas.

No entanto, o Movimento Mãe Terra do Lago Grande, formado por representantes da Igreja Católica, da sociedade civil e moradores das comunidades, foi informado que a Alcoa não tinha autorização da Feagle para fazer essa chamada. Ainda assim, a Alcoa realizou a reunião.

Em 2018, a empresa foi proibida judicialmente de entrar nas comunidades, como veremos adiante. Mesmo com a proibição, há informações de que a Alcoa continuou tentando estabelecer contato, ao oferecer benefícios às escolas, se aproveitando da fraca presença do poder público. Na comunidade Aracuri, a diretora solicitou recursos da Alcoa para construir uma biblioteca. No entanto, como foi uma decisão pessoal, o conselho escolar exigiu o cancelamento do pedido.

### >> Publicidade

Há uma forte publicidade no PAE Lago Grande dos “projetos de desenvolvimento sustentável” implantados no PAE Juruti Velho. Essa publicidade também acontece principalmente nas escolas, e conta com certo apoio de alguns professores –

que, por exemplo, utilizam pastas, canetas ou agendas com a logomarca da Alcoa ao ministrar aulas.

Reprodução



Nas escolas é possível encontrar o folheto “Viver Juruti”, com publicidade do empreendimento da mineradora em Juruti e dos projetos financiados pelo Ijus e pelo Instituto Alcoa.

### > Resistência das comunidades

Mesmo com tanta publicidade e com a tentativa de convencer lideranças sobre as possibilidades de “desenvolvimento” local gerados pela mineração, nos últimos dez anos vem crescendo no PAE Lago Grande um grande movimento de resistência a esse empreendimento.

### >> Não às pesquisas da Alcoa

Em 2009, um grave conflito foi gerado quando a Alcoa instalou homens e máquinas para realizar atividades de prospecção mineral em uma área do PAE Lago Grande. Meses depois, a Feagle realizou consultas públicas em mais de 60 comunidades do assentamento, e registrou a opinião dessas comunidades sobre a mineradora. Todas as comunidades ouvidas se posicionaram contra a mineração. Desde esse momento, Feagle e comunidades negaram constantemente os pedidos da Alcoa para entrar no assentamento com o objetivo de realizar trabalhos de prospecção.

### >> Denúncias junto ao Ministério Público Federal (MPF)

Em contraposição às ações de assédio nas escolas e de convocatória para reuniões sem autorizações, em julho de 2018 foi realizada uma **audiência pública** para discutir as pressões que a Alcoa, os madeireiros e os grileiros da região fazem sobre as comunidades.

A audiência contou com a presença de representantes do MPF, da Promotoria de Justiça, do Inbra, da Feagle, do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Santarém, da Organização Terra de Direitos e da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase). Antes da audiência, a equipe do MPF visitou várias comunidades do Lago Grande, conversou com lideranças e recebeu **denúncias dos moradores** sobre o assédio às escolas para apresentar projetos, sem consultar as associações comunitárias, e muitas vezes criando desentendimentos dentro das comunidades.

Ficou evidente que a **indefinição fundiária e a situação precária da atuação do Incra** forçaram alguns moradores a aceitarem não só o assédio de grileiros e madeireiros, mas também as ofertas da Alcoa.

Depois disso, o **MPF recomendou que a ALCOA não entrasse na área** no PAE Lago Grande.

Para realizar qualquer ação nas comunidades – mesmo esse “diálogo social” ou a fase de pesquisas –, a Alcoa precisa ter aprovada a licença prévia, o que ainda não aconteceu. Também não foi realizado o Eia-Rima ou entrada em qualquer processo de licenciamento. Na recomendação, o MPF também alegou que as comunidades do PAE Lago Grande não foram consultadas sobre as atividades minerárias que a Alcoa pretende realizar no local, o que é exigido pela Constituição Federal e pela Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, a OIT.

E, em 12 de novembro de 2019, a **Justiça Federal proibiu a mineradora de entrar na área do PAE Lago Grande** sem que antes tenha sido realizada uma Consulta Livre, Prévia e Informada nas comunidades, e sem licença ou autorização minerária expedida pelo órgão competente.

### >> Romaria do Bem Viver

“Pela memória dos nossos ancestrais cabanos nos **COMPROMETEMOS** a lutar a fim de proteger nosso território para a reprodução dos nossos modos de vida, garantindo a titulação coletiva, pois é a coletividade que é a marca histórica do nosso povo. **PAE LAGO GRANDE - TERRITÓRIO COLETIVO, DO BEM VIVER E LIVRE DE MINERAÇÃO!**”

Dias depois da decisão do juiz que proibiu a entrada da Alcoa no PAE Lago Grande, entre 16 e 17 de novembro de 2019, a I Romaria do Bem Viver reuniu mais de 1.300 pessoas, que **se manifestaram contra mineração** no assentamento. Ao mesmo tempo, **reivindicaram o reconhecimento dos direitos fundiários e territoriais** das 143 comunidades do PAE, que no início de 2020 ainda não tinham recebido a CDRU, que deveria ter sido emitida pelo Incra logo depois da sua criação do PAE, em 2005.

No lugar de emitir CDRU coletivas aos PAEs criados nas áreas de várzea e terra firme do Baixo Amazonas, o Incra, desde 2019, passou a emitir Contratos de Concessão de Uso (CCU) individuais. Cerca de um mês antes da romaria, o Incra entregou 69 CCU a 69 famílias do PAE Aritapera. Os participantes da romaria, durante a manifestação, se mostraram contra esse encaminhamento.

No material distribuído pelos organizadores da romaria, o CDRU coletivo e o território livre de mineração foram alguns dos desejos destacados. Nele, as comunidades exigem que o PAE Lago Grande deve ser um território coletivo, e que não irão permitir que os exploradores dividam a terra em áreas individuais para serem compradas pela mineradora.

Fica evidente que a relação com o território das comunidades do PAE é muito diferente do modelo de desenvolvimento proposto pela mineração.



Cartaz do evento

# 6.

## APONTAMENTOS PARA O FUTURO

Depois de ler o material, refazemos as perguntas colocadas no início de cada capítulo:

- *Quem ganha e quem perde com a mineração? Os ganhos compensam os prejuízos?*
- *Que consequências a entrada de uma mineradora no território traz para a sobrevivência das comunidades? É possível coexistir?*
- *É possível existir um projeto de mineração que respeite as comunidades, seus territórios e o meio ambiente? O que se pode aprender com os projetos de mineração já em funcionamento?*
- *É possível que haja territórios livres de mineração?*

O projeto de mineração de bauxita em Juruti, apesar de se proclamar “sustentável e inclusivo”, tem gerado, na realidade, problemas sociais, econômicos, territoriais e ambientais no município, tanto na cidade como no campo.

Ele dá continuidade ao modelo de “desenvolvimento” que considera os projetos minerais e agropecuários o motor para o crescimento econômico da região. Nesse modelo, os danos sociais e ambientais gerados são considerados de menor importância, como se os prejuízos fossem compensados pelos supostos ganhos. Uma pergunta importante é: **de quem são os ganhos?**

Com o Projeto Juruti Sustentável, a Alcoa prometeu que a mineração poderia não trazer esses danos. No seu lugar, estariam avanços de várias ordens, o que seduziu ONGs, governos e lideranças, dividindo os movimentos sociais locais.

Lago Grande - PA





Novo Paraíso Piraquara - Juruti - PA

A empresa se aproveitou da própria infraestrutura urbana existente na sede do município. Reestruturou os setores de seu interesse para atender o processo de implantação e funcionamento do seu projeto. O que não lhe interessava, foi abandonado.

Nem mesmo toda a estrutura de participação impediu que velhos problemas se repetissem. O tão sonhado “desenvolvimento sustentável” continuou a ser, também em Juruti, um discurso e não uma realidade. Mesmo com as inovações trazidas e mesmo com a Alcoa dizendo estar comprometida em tornar seu funcionamento mais sustentável, foram e são gerados conflitos sociais e ambientais gravíssimos. Os benefícios sociais baixos mostram que a chance de a mineração ser um motor de bem-estar social na Amazônia é quase inexistente.

Existe, então, uma grande disputa entre o território abrigo das comunidades e o território recurso das grandes corporações mineradoras, que desabriga modos de vida. Esse conflito não tem solução enquanto a Alcoa estiver funcionando no município. Os problemas se ampliarão, caso a mineração se irradie para as comunidades vizinhas.

O que as populações do Lago Grande querem para o futuro é o bem-viver, ou seja, uma relação equilibrada entre a sociedade e a natureza, da qual as pessoas são parte. Isso significa defender o território abrigo contra vários grupos empresariais, como é o caso das grandes corporações multinacionais de mineração. As ameaças de madeireiros e do agronegócio também se fazem presentes.

**No manifesto de Cuiripiranga, os jovens do PAE Lago Grande trazem sua definição de bem-viver:**

“Nossos modos de vida, nosso tempo de trabalho, nossa maneira de lidar com a terra, com as águas, com as matas, com os bichos, com os encantados, não é marcada pela lógica da acumulação capitalista. Ao contrário, nossa dinâmica é a da partilha, da vivência comunitária, da solidariedade, dos bingos e torneios beneficentes, da “paga” de visitas dos times, dos puxiruns, das trocas, das festas de santo, dos cordões de pássaros, do carimbó, do tarubá, do caxiri, do tacacá, da manicuera, da farinha, do jaraqui, do piquiá, do tipiti, do banho de rio, do mergulho no igarapé. Nosso ir e vir é orientado pelo compasso da canoa, pelas fases da lua, pelo pôr-do-sol às margens do Arapiuns, do Aruã, do Lago Grande, do Tapajós.

Com todas as riquezas que compõem nosso bem viver, não podemos nos deixar ser enganados pelos ilusórios projetos desenvolvimentistas. Nossos modos de viver e produzir são incompatíveis com atividade minerária. Por isso, nossa luta é para assegurar o PAE Lago Grande como Território Livre de Mineração.”



Bom Jardim- PA

O que resta é a resistência das comunidades para protegerem seus territórios, sua cultura, seu modo de vida, sua existência. As recentes manifestações de movimentos sociais no PAE Lago Grande, como a I Romaria do Bem Viver, realizada em novembro de 2019, deixam claro que, para uma grande parte das comunidades locais, a mineração no PAE causaria danos ambientais, sociais e mesmo econômicos que não condizem com as expectativas de um futuro de vida digna para as comunidades e região.

*Quais os planos de futuro dessas comunidades? Quais seus sonhos? A presença da mineração será compatível com esses sonhos? Ou serão a fonte de sua destruição?*





Realização



**FEAGLE**



Apoio

